



# **Pulso Mattos Filho**

RELATÓRIO INTEGRADO 2025



# Sumário

## Apresentação

4

Carta da liderança

6

Homenagem a Ary Oswaldo Mattos Filho

11

Mattos Filho em números

14

Reconhecimentos

18

## Atuação e negócios

20

Temas relevantes

26

## Institucional

60

Governança

62

Meio ambiente

68

Diversidade, equidade e inclusão

70

Impacto social

74



Clique [aqui](#) ou acesse o QR code para versão digital do relatório

# Apresentação

- Carta da liderança
- Homenagem a Ary Oswaldo Mattos Filho
- Mattos Filho em números
- Reconhecimentos



# Carta da liderança

Colaboração, inovação e excelência. Esses são os princípios que nos pautam e contribuem para a perenidade do nosso escritório. Nosso modelo de atuação, aliado à grande capilaridade no atendimento ao cliente em diversas práticas e indústrias, permitiu mais um ano de crescimento do faturamento, já pelo 15º ano consecutivo, com investimento em áreas estratégicas, além da valorização e desenvolvimento de nossos talentos.

A partir do nosso compromisso com a transparência e alinhamento às melhores práticas de governança, apresentamos a 3ª edição do Pulso, nosso relatório integrado, que reúne resultados, iniciativas e análises sobre temas que moldam os negócios e a sociedade.

Diante dos desafios impostos pelo cenário econômico, como a alta dos juros e as mudanças regulatórias, estivemos ainda mais preparados para apoiar nossos clientes na tomada de decisões estratégicas para os seus negócios. Esse movimento nos posicionou em destaque no mercado jurídico internacional: seguimos como o único escritório da América Latina entre os 200 maiores do mundo em receita, segundo o The Global 200, ranking da instituição americana Law.com Internacional. Além disso, de acordo com a Chambers & Partners, instituição britânica que avalia escritórios de advocacia, fomos o escritório com maior quantidade de categorias e profissionais Band 1 e, atualmente, somos o escritório mais reconhecido como *Brazil Law Firm of the Year* da história, tendo conquistado essa honraria máxima oito vezes.

Para alcançarmos esses resultados, acompanhamos de perto os temas mais relevantes do mercado. Ao longo de 2025, a Reforma Tributária começou de forma prática e seguirá impactando as empresas nos próximos anos. A área contenciosa também continuou como uma das mais relevantes do escritório, chegando a representar 51,5% do faturamento, devido à alta judicialização no país. Observamos, também, o aumento de demandas por assuntos trabalhistas, ambientais e de tecnologia, além de operações transacionais importantes envolvendo, principalmente, questões de financiamento e reestruturação de dívidas.

Ao mesmo tempo, para estarmos sempre à frente dessas demandas, seguimos investindo no desenvolvimento dos nossos profissionais para mantermos a nossa estrutura jovem e diversa, garantindo a perenidade do negócio com os futuros sócios. Nesse contexto, promovemos sete advogados a sócios e anunciamos a chegada de uma sócia lateral, fortalecendo nossa atuação em áreas estratégicas. Além disso, contratamos, mais de cem estagiários por meio dos nossos programas Jovens talentos e Soma talentos.

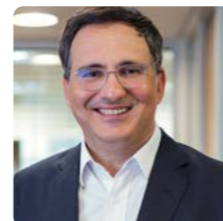
A inovação é também um pilar estratégico para nós, pois acreditamos que se trata de uma questão cultural, refletida na capacidade de olhar tanto para dentro quanto para fora. Por isso, fomentar um ambiente que valoriza o bem-estar e o aprendizado contínuo fortalece nossos valores institucionais e impulsiona a alta performance.

Já no âmbito social, nosso compromisso também avançou. Dedicamos 2,2% da receita à atuação *pro bono*, iniciativa pioneira no Brasil, apoiamos projetos e organizações sociais e culturais por meio de leis de incentivo, e ampliamos o acesso à justiça com o Instituto Mattos Filho, contribuindo para uma sociedade mais justa, diversa e democrática.

Ao olhar para 2026 e para o futuro, trabalharemos incessantemente para manter e fortalecer o que nos trouxe até aqui: colaboração na prática, inovação orientada à entrega e excelência em tudo o que nos propomos a fazer, equilibrando qualidade técnica e agilidade no atendimento aos nossos clientes e na viabilização de negócios.

**Boa leitura!**

**Abraços,**



**Pedro Whitaker de Souza Dias**  
Sócio-diretor

## PRINCIPAIS RECONHECIMENTOS



O Mattos Filho é o escritório com o maior número de reconhecimentos na história do ranking como *Brazil Law Firm of the Year*. Na premiação de 2025, obtivemos a maior quantidade de práticas reconhecidas:

- **ESG Law Firm of the Year**
- **Oil & Gas Law Firm of the Year**
- **Projects Law Firm of the Year**
- **Pro Bono: Outstanding Firm**



Único escritório latino-americano entre os 200 maiores do mundo em receita bruta

# Nossos sócios





# Homenagem

## Ary Oswaldo Mattos Filho

(1940 – 2025)

### A trajetória de um líder que transformou o Direito pela educação

Ary Oswaldo Mattos Filho foi uma das figuras centrais do Direito, cuja trajetória se traduz com a de um líder visionário e profundamente comprometido com a educação. Advogado, professor e um dos sócios-fundadores do Mattos Filho, Dr. Ary nos deixou no dia 1º de dezembro de 2025, mas seu legado de empreendedorismo e generosidade foi escrito na história do Brasil e perpetuará pelas próximas gerações.

Defensor do aprendizado contínuo, Dr. Ary acreditava que o conhecimento abria portas e criava perspectivas capazes de transformar vidas. Essa convicção guiou sua atuação no meio acadêmico e no mercado jurídico. No Mattos Filho, ele foi um líder que criou oportunidades e abriu caminhos para a formação e o desenvolvimento de inúmeras pessoas. Para o sócio-fundador, a excelência não era fruto de vocação, mas de esforço, disciplina e estudo – valores que orientaram a sua história e moldaram o caminho de inúmeros profissionais dentro e fora do escritório.

Com uma carreira multifacetada, Dr. Ary ultrapassou os limites da advocacia e alcançou dimensões de grande relevância para o país: além da fundação do escritório, foi presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), membro do Conselho Monetário Nacional (CMN) e juiz do Tribunal Administrativo de Impostos e Taxas de São Paulo (TIT). No meio acadêmico, foi protagonista, mais uma vez, ao desempenhar um papel fundamental na criação da FGV Direito SP.

Nosso sócio-fundador e amigo deixa um marco na advocacia, na educação e na vida de todos que tiveram o privilégio de conviver e aprender com ele. Seremos sempre gratos e honraremos sua memória, mantendo vivos os princípios que nos ensinou: o compromisso com a excelência, a integridade, a busca incansável pela inovação e a convicção de que o Direito é um instrumento de transformação da sociedade.

**Otávio Veiga Filho, Pedro Marrey e Roberto Quiroga**

## Homenagem

Ary Oswaldo Mattos Filho (1940 – 2025)

### DEPOIMENTOS DOS SÓCIOS-FUNDADORES



**Otávio Veiga Filho**



Muitos de seus alunos, assim como inúmeros advogados que tiveram a oportunidade de conviver com ele, beneficiaram-se não apenas de seus ensinamentos, mas também das relações, que generosamente compartilhava, e das oportunidades profissionais que propiciava



**Pedro Marrey**



A generosidade foi uma de suas marcas mais distintas. Ary dedicou-se a criar oportunidades para que todos ao seu redor pudessem se desenvolver e alcançar seu pleno potencial



**Roberto Quiroga**



Ary, além de notável professor e brilhante advogado, deixa um legado inestimável para o Direito, para o nosso escritório e para todos os que tiveram o privilégio de aprender com ele. As oportunidades que ofereceu a nós, professores e advogados, tiveram impacto decisivo em nossas trajetórias profissionais e pessoais

### HOMENAGENS DA IMPRENSA E INSTITUIÇÕES



A marca do Ary era a generosidade. Ele dava oportunidades para todos crescerem. Era uma pessoa muito fácil no trato, desprendido, nunca queria os louros para ele

**Brazil Journal**, em reportagem



Em sua passagem por Brasília, Ary Oswaldo se dedicou à modernização da economia brasileira – presidiu a CVM em momento crítico e chefiou o grupo que elaborou a primeira reforma tributária pós-1988

**Valor Econômico**, em reportagem



Ary implementou avanços de extrema relevância que construíram as bases do atual mercado de capitais brasileiro e deixou uma marca profunda na história da advocacia e na educação jurídica no país

**Folha de S. Paulo**, em reportagem



Sua visão inovadora sobre o ensino do Direito e sua incansável dedicação criaram uma escola comprometida com a excelência, marcada pelo rigor acadêmico, pela qualidade formativa e pela forte integração entre teoria e prática. Seu legado permanecerá vivo na história da FGV e do Direito brasileiro

**Fundação Getúlio Vargas (FGV)**, em nota



Ary Oswaldo Mattos Filho teve participação significativa na trajetória da CVM, contribuindo de forma relevante para o fortalecimento institucional e o aprimoramento da regulação do mercado de capitais brasileiro ao longo de sua gestão

**Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**, em nota



# Mattos Filho em números

# Mattos Filho em números

## Dados financeiros

Receita bruta

**R\$ 1,78 bi**

Total pago em tributos

**R\$ 407,4 mi**

Total pago em PPR

**R\$ 97,6 mi**

Receita líquida

**R\$ 1,39 bi**

Total pago em benefícios

**R\$ 57,1 mi**

Total pago a projetos\*

**R\$ 11,1 mi**

\*Via leis de incentivo fiscal ou recursos diretos

## Nossos profissionais

**1.273**  
Profissionais\*

**138**  
Sócios

**700**  
Advogados  
(sócios e associados)

**131**  
Estudantes de Direito

**442**  
Profissionais do Grupo de Gestão e Desenvolvimento (área administrativa)

\*Referente ao mês de dezembro de 2025

## Nossa atuação

Atuação transacional e regulatória

**48,5%\***

RECONHECIMENTOS

**TTR** DATA

**1º lugar nos rankings de M&A Brazil e Private Equity Brazil** em volume e número de deals

Atuação contenciosa

**51,5%\***

RECONHECIMENTO

**LATIN LAWYER**

Somos líderes, desde a edição de 2009, no número de **Deals of the Year em Disputes**. Em 2025, fomos premiados com **Deal of the Year - Capital Markets e Disputes**, com as operações em 2024 de Privatização da Sabesp e o acordo da BHP, Vale e Sammarco referente à barragem de Mariana

**THOMSON REUTERS**

**1º lugar no ranking de M&A Brasil** em volume e número de deals anunciados e fechados

**LATIN LAWYER**

Classificado como **class-leading transactional titans**

**Mergermarket**

**1º lugar em M&A Brazil** em número de deals

\*Calculado com base na receita líquida do ano de 2025: R\$ 1,39 bi

## Advocacia pro bono

Em 2025, nossa atuação pro bono teve os seguintes destaques:

**2,2%**  
da receita destinada aos casos pro bono

**370**  
Profissionais voluntários envolvidos

**10**  
Profissionais dedicados exclusivamente

# Reconhecimentos

## Reconhecimentos institucionais

**Chambers**  
AND PARTNERS

### CHAMBERS BRAZIL AWARDS

O Mattos Filho é o escritório com o maior número de reconhecimentos na história do ranking como *Brazil Law Firm of the Year*. Na premiação de 2025, obtivemos a maior quantidade de práticas reconhecidas:

- *ESG Law Firm of the Year*
- *Oil & Gas Law Firm of the Year*
- *Projects Law Firm of the Year*
- *Pro Bono: Outstanding Firm*

### CHAMBERS GLOBAL

Somos o escritório com a **maior quantidade de categorias e profissionais Band 1**

**Legal500**

### LEGAL 500

**Lideramos em todos os quesitos do ranking**, incluindo o número total de categorias, reconhecimentos Tier 1 e de profissionais

**LAW.COM**

### LAW.COM

*The Global 200*, sendo o único escritório latino-americano entre os 200 maiores do mundo em receita bruta

**LATIN LAWYER**

### LATIN LAWYER

- *Elite Firm* pelo nono ano consecutivo, desde o lançamento da pesquisa
- *Pro Bono Leading Lights*

**TrustLaw**

### TRUSTLAW

*Collaboration Award* pelo projeto desenvolvido em parceria com a Access Now, que defende e amplia os direitos digitais de pessoas e comunidades em situação de vulnerabilidade

## Reconhecimentos da nossa atuação

**214**

Reconhecimentos de prática

Sendo **80 reconhecimentos do Chambers and Partners** (43 em *Band 1*).

**1.282**

Reconhecimentos de profissionais

Sendo **220 do Chambers and Partners** (38 em *Band 1, Star individual* e *Eminent Practitioner*).

**7**

*Deals of the year*

Reconhecimentos **relacionados a seis casos** que foram concedidos por seis instituições internacionais.

### DEPOIMENTO DE CLIENTES ÀS INSTITUIÇÕES

A equipe do Mattos Filho demonstra uma habilidade excepcional de se adaptar e fornecer soluções inovadoras para grandes desafios jurídicos, sempre buscando precedentes e ideias criativas para resolver questões complexas

**Chambers & Partners**

A equipe do Mattos Filho é altamente disponível e o atendimento é eficiente. O trabalho é personalizado, acessível, e prestam um serviço ágil ao lado de uma equipe técnica qualificada

**Chambers & Partners**

O grupo destaca-se por sua participação direta em operações complexas, indo além da prestação de opiniões pontuais

**Latin Lawyer**



# Atuação e negócios

- Temas relevantes



## Atuação e negócios

Em 2025, o Brasil viveu um cenário marcado por reformas estruturais, aumento da judicialização e transformações aceleradas nas pautas trabalhistas, ambientais, financeiras e tecnológicas. Nesse contexto, a integração entre as atuações contenciosas e transacionais do Mattos Filho viabilizou respostas mais ágeis e coordenadas a temas complexos – dos desdobramentos da Reforma Tributária às disputas em setores altamente regulados e à estruturação de grandes projetos e operações.

O avanço contínuo da litigiosidade no país potencializou casos com foco na resolução de conflitos ao longo do último ano. Como resultado, a nossa atuação contenciosa manteve relevância, representando mais de 50% da receita do escritório, ao mesmo tempo em que as áreas transacionais também avançaram, acompanhando a retomada de operações e consultorias.

Diante desse cenário, os clientes intensificaram a busca por eficiência e por soluções jurídicas articuladas, movimento que impulsionou operações relevantes, mesmo em um ambiente de juros elevados e mais cautela financeira. As transações de M&A ganharam mais tração, especialmente nos setores de energia, life sciences, tecnologia e agronegócio, enquanto o mercado de capitais registrou maior volume de ofertas públicas de aquisição de ações (OPAs) e ampliação do uso do IPO reverso.

Além da nossa presença em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, acompanhamos de perto as particularidades dos mercados locais brasileiros por meio de grupos de trabalho regionais no Sul, Centro-Oeste, Norte, Nordeste e Minas Gerais, o que permitiu direcionar caminhos mais assertivos na tomada de decisão de nossos clientes.



O avanço contínuo da litigiosidade no país potencializou casos com foco na resolução de conflitos ao longo do último ano.

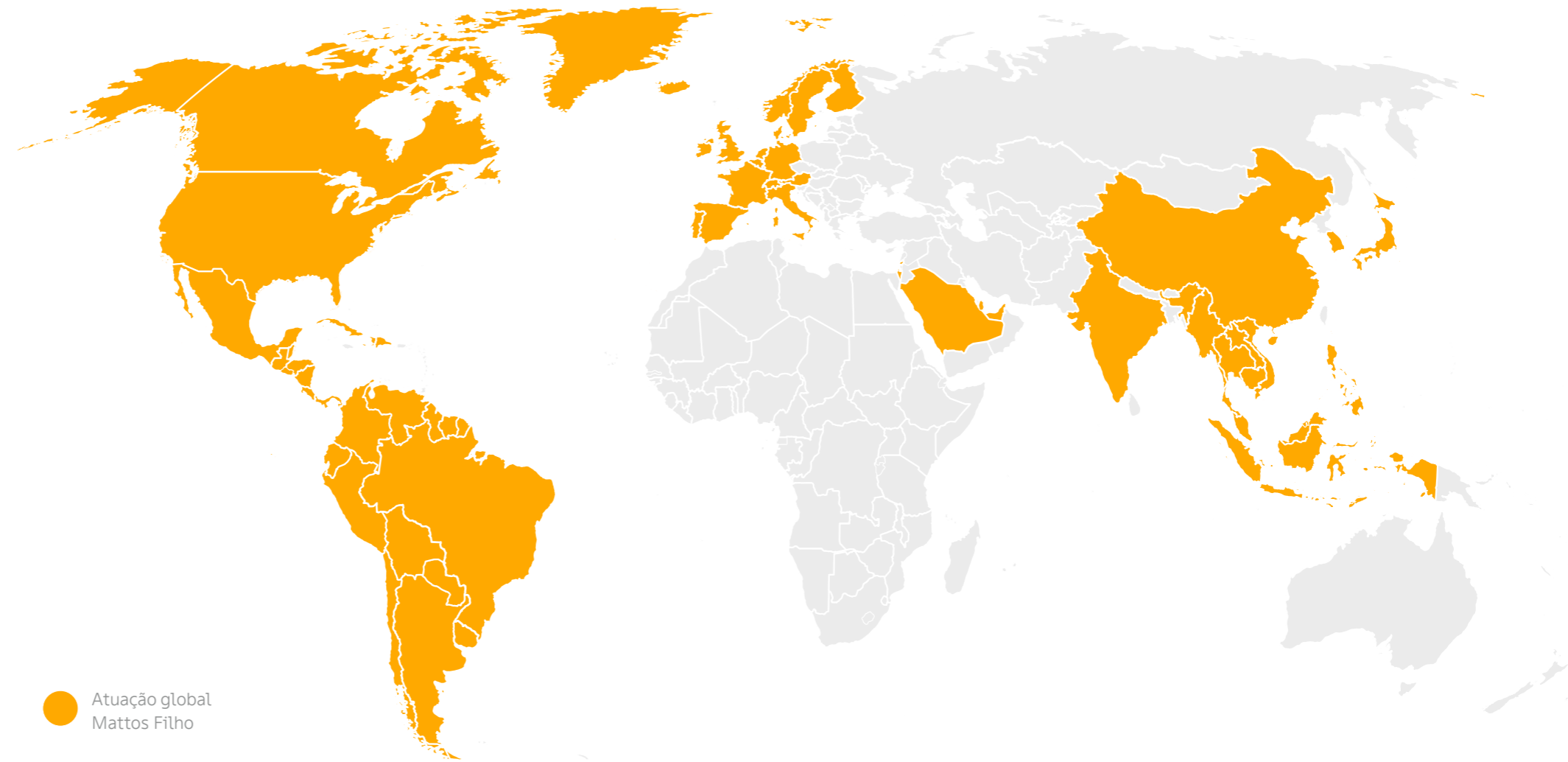
## Internacional

Nossa atuação internacional fortalece conexões globais e viabiliza soluções para clientes de todas as regiões do mundo que querem fazer negócio no Brasil. Além da presença consolidada nos Estados Unidos, por meio do nosso escritório de Nova Iorque, contamos com *desks* internacionais, compostas por grupos especializados em assessorar empresas de países como China, França, Alemanha, Itália, Japão, Portugal, Espanha, Reino Unido, os países nórdicos, a América Latina e o Oriente Médio.

Alinhado às características culturais e regulatórias de cada mercado, nosso atendimento internacional é impulsionado pelo relacionamento contínuo com escritórios parceiros, organizações locais e entidades representativas. Esses elementos sustentam, há quase duas décadas, nossa participação em pautas estratégicas do cenário jurídico internacional e o fortalecimento das relações com empresas e investidores que buscam expandir seus negócios no Brasil.



Nossa atuação ultrapassa fronteiras, com presença internacional estratégica e *desks* dedicadas que viabilizam soluções jurídicas integradas para clientes em todo o mundo



### Presença estratégica em fóruns globais

Durante a Conferência Anual da IBA de 2025, realizada em Toronto, no Canadá, que reuniu cinco mil profissionais do Direito de mais de 130 jurisdições, nossos sócios realizaram mais de 60 reuniões com firmas de diversas partes do mundo. A programação robusta e as oportunidades de *networking* nos permitiram aprofundar conexões, acompanhar tendências jurídicas globais e identificar novos caminhos para a colaboração transfronteiriça.

Além da presença do escritório em eventos relevantes do cenário global, cerca de 40 advogados do Mattos Filho participaram, no último ano, de programas internacionais de pós-graduação e estágios em universidades e escritórios renomados nos Estados Unidos e na Europa. Também recebemos profissionais de firmas da América Latina que atuam em áreas como mercado de capitais, societário, financiamento e dívida. Além de enriquecer a formação acadêmica e profissional dos participantes, essas iniciativas fortalecem a estratégia internacional e ampliam relações institucionais, contribuindo para uma atuação jurídica cada vez mais integrada.

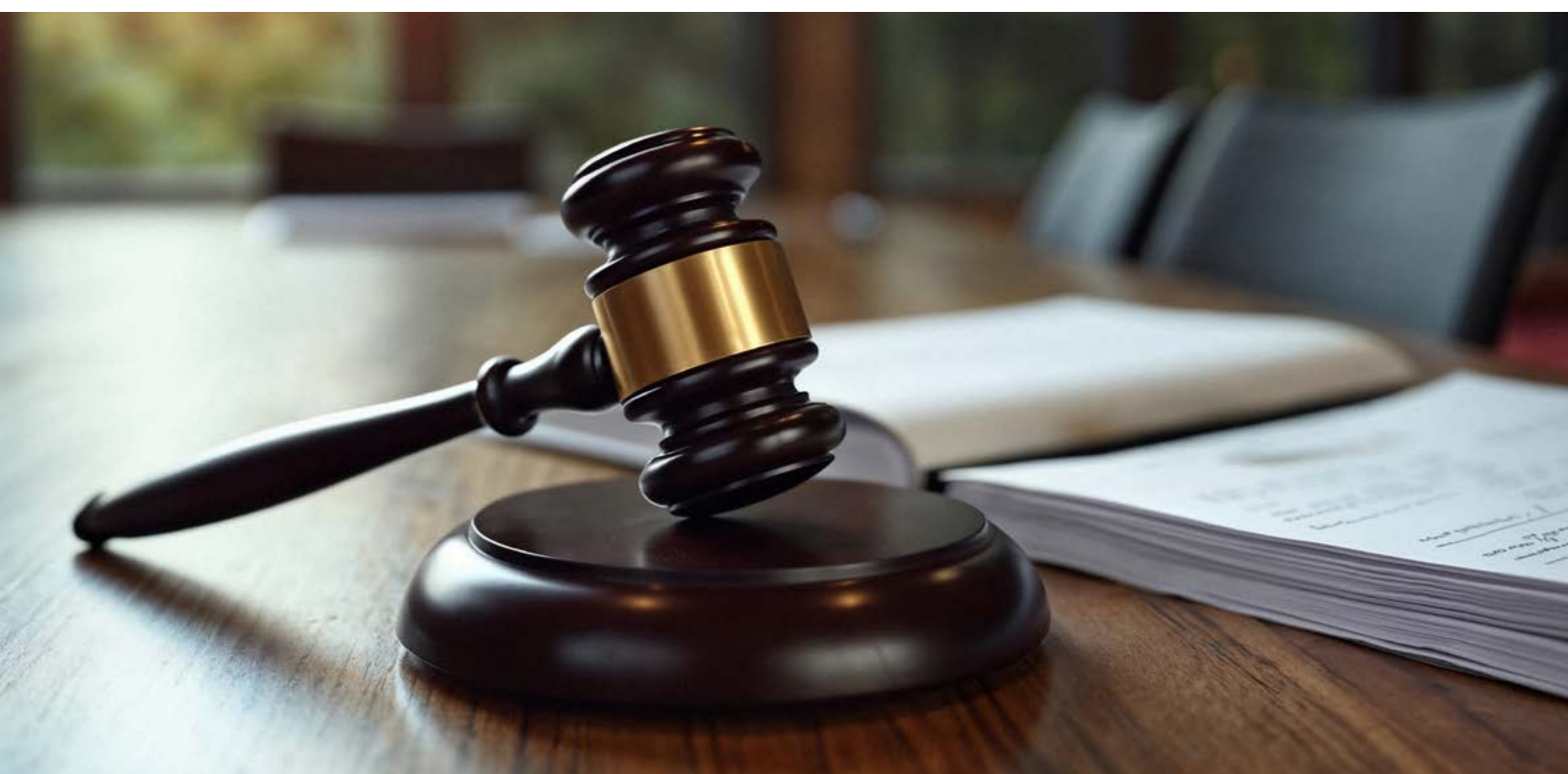
# Temas relevantes

As transformações regulatórias, econômicas e tecnológicas moldaram o ambiente de negócios em 2025. Reunimos as análises de nossos sócios para explicar os movimentos que influenciaram as decisões estratégicas das empresas e apontar tendências que devem orientar 2026.

## Negócios que impulsionaram o mercado em 2025

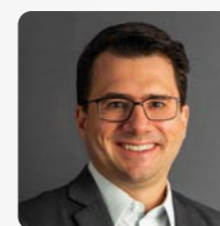
O Mattos Filho atuou nos principais *deals* do país ao longo de 2025, viabilizando operações estratégicas de grande porte e alta complexidade em setores relevantes da economia.

Combinando excelência técnica e atuação colaborativa, o escritório alcançou o primeiro lugar nos principais *rankings* jurídicos do setor de M&A, tanto em número quanto em valor das operações.



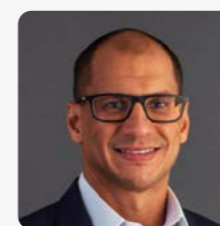
Confira algumas das principais operações assessoradas pelo escritório a seguir:

- **Aquisição de participação na Neoenergia pela Iberdrola** – Negócio de **R\$ 11,94 bilhões**, envolvendo a compra de 30,29% das ações detidas pela Previ, fortalecendo a presença da companhia no setor elétrico.
- **Aquisição global da Despegar/Decolar pelo grupo Prosus** – Transação internacional de **US\$ 1,7 bilhão**, marcada pela elevada complexidade do setor de tecnologia.
- **Ofertas públicas primárias da Cosan** – Estruturação realizada junto à Aguassanta, totalizando **R\$ 9,8 bilhões** em duas emissões destinadas à captação de recursos e ampliação da base acionária.
- **Transferência de 70% da participação econômica da Vale na Aliança Energia ao GIP** – Negócio de **US\$ 1 bilhão**, ampliando o portfólio do fundo no segmento energético.
- **Compra do controle da Serena Energia pela Actis (via Alpha Brazil FIP)** – Operação de **R\$ 5,09 bilhões**, contemplando OPA de fechamento e reorganização societária voltada ao encerramento do capital.
- **Investimentos no Projeto Plateau da Klabin por BCI e BTG Pactual** – Aportes somando **R\$ 2,7 bilhões**, impulsionando a expansão de ativos florestais sustentáveis.
- **Venda da participação da Equinor no Campo de Peregrino e Pitangola para a PRIO** – Operação que contempla a alienação de 60% do ativo na Bacia de Campos, correspondente à parcela operada pela Equinor, por **US\$ 3,5 bilhões**.
- **Aquisição do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (Cebi) pela EnergoPro** – Valor de **R\$ 1,68 bilhão** na área de geração hidrelétrica.



“Em 2025, o setor de M&A no Brasil ganhou tração em relação a 2023 e 2024, com movimentações que refletem algumas tendências, incluindo consolidação setorial, busca por escala e eficiência, e reposicionamento estratégico frente à transição energética e ao avanço digital. De modo geral, os *deals* de 2025 indicam que as empresas e investidores estão priorizando ativos essenciais, escala, tecnologia e a transição energética”

**Rodrigo Figueiredo Nascimento**, sócio de Societário/M&A



“Os *deals* impulsionaram o M&A em energia, tecnologia, infraestrutura e papel & celulose, com estruturas sofisticadas (OPA, FIP, *follow-on*, *cross-border*), forte agenda regulatória e ESG e mais protagonismo de fundos globais, elevando a complexidade jurídica no Brasil”

**Giovani Loss**, sócio de Infraestrutura e Energia



## Reforma Tributária: vivendo a prática

Com o início da fase de implantação em 2026, a Reforma Tributária já começa a produzir seus primeiros efeitos práticos. Essa etapa inicial da transição inaugura um novo cenário para as empresas, exigindo atenção à organização operacional, à gestão tributária e aos reflexos na formação de preços.

Esse é um período em que o contribuinte deve analisar com atenção como a nova estrutura de tributos afeta seus custos, margens e relações comerciais, especialmente com fornecedores e clientes. Alterações na carga tributária e na forma de apuração dos impostos podem exigir revisões de políticas internas e ajustes operacionais.

Os contratos firmados sob o regime anterior merecem atenção específica. Muitas cláusulas econômicas e de repasse tributário foram construídas considerando regras que estão sendo gradualmente substituídas. Com isso, pode ser necessário reavaliar o equilíbrio econômico-financeiro desses instrumentos e discutir eventuais adequações ao novo cenário.

Outro ponto relevante é a emissão de notas fiscais e a adaptação dos sistemas. As empresas precisam acompanhar as mudanças nos modelos de documentação fiscal, garantindo que seus processos estejam alinhados às novas exigências legais e aos períodos de transição estabelecidos.

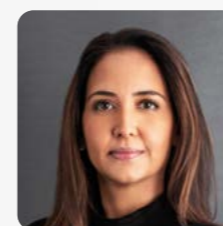
## Os impactos no contencioso tributário

Em períodos de profundas mudanças no sistema, é comum que a administração tributária espere dos contribuintes determinadas condutas voltadas à regularização de pendências do passado, intensificando a cobrança de créditos tributários antigos. Além disso, a convivência entre o regime atual e o novo modelo, somada às incertezas inerentes à fase de transição, pode gerar gatilhos para novos questionamentos e disputas fiscais, tanto administrativas quanto judiciais.

Nesse contexto, o contencioso tributário passa a refletir não apenas divergências interpretativas, mas também o esforço de acomodação do sistema a um novo modelo que busca, justamente, mais previsibilidade e segurança jurídica. Por essa razão, a adoção de uma postura preventiva, com revisão de passivos e definição de estratégias claras para o contencioso, torna-se fundamental.

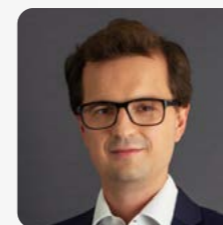


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“A Reforma Tributária tem como um de seus propósitos a redução de litígios e a simplificação da tributação. Espera-se, contudo, que em sua fase inicial haja um aumento de contencioso, em decorrência das novas regras de apuração e creditamento, dos novos regimes especiais, além de desafios instrumentais relacionados ao cumprimento das obrigações acessórias”

**Gabriela Lemos**, sócia de Tributário



“Empresas devem analisar a carga tributária atual em comparação com a carga tributária aplicada em cada ano da transição, considerando ainda os efeitos dos créditos a serem tomados pelos compradores. A precificação é um dos principais desafios neste momento”

**Marcel Alcades**, sócio de Tributário

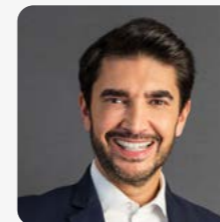
## Tributação da renda ganha novo marco

A reforma do Imposto de Renda (IR) inaugurou uma reestruturação inédita nas regras de tributação no país, com impacto direto sobre milhões de brasileiros. A Lei nº 15.270 reduziu o Imposto de Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para rendimentos mais baixos, beneficiando cerca de 15 milhões de contribuintes, e compensou a renúncia fiscal com a criação do Imposto de Renda das Pessoas Físicas Mínimo (IRPFM), aplicável a rendas anuais acima de R\$ 600 mil. A norma também passou a cobrar 10% de IRRF sobre lucros e dividendos pagos a pessoas físicas não residentes, antes isentos.

A lei, porém, deixou pontos indefinidos sobre a tributação de lucros e dividendos, o que gerou preocupação entre contribuintes e empresas. Persistem dúvidas sobre possível dupla incidência e sobre a complexidade operacional do IRPFM, que exige cálculos consolidados e diferentes compensações. Há ainda insegurança quanto à tributação de lucros acumulados até 2025 e sobre a aplicação de redutores baseados nas alíquotas efetivas das pessoas jurídicas.

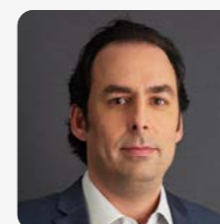
A implementação prática também exigirá atenção em 2026. O IRPFM demandará adaptações nos sistemas da Receita Federal e mais transparência das empresas quanto às suas alíquotas efetivas. Nesse contexto, o período de transição tende a ser sensível e pode envolver discussões jurídicas relevantes.

**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“A nova lei pode restringir ou reconfigurar regimes incentivados, elevando a carga tributária e exigindo revisão de estruturas. É necessário mapear impactos, reavaliar benefícios, ajustar contratos e modelos operacionais, além de planejar para mitigar riscos e preservar eficiência em matéria tributária”

**Alessandro Amadeu da Fonseca**, sócio de **Gestão patrimonial, família e sucessões**



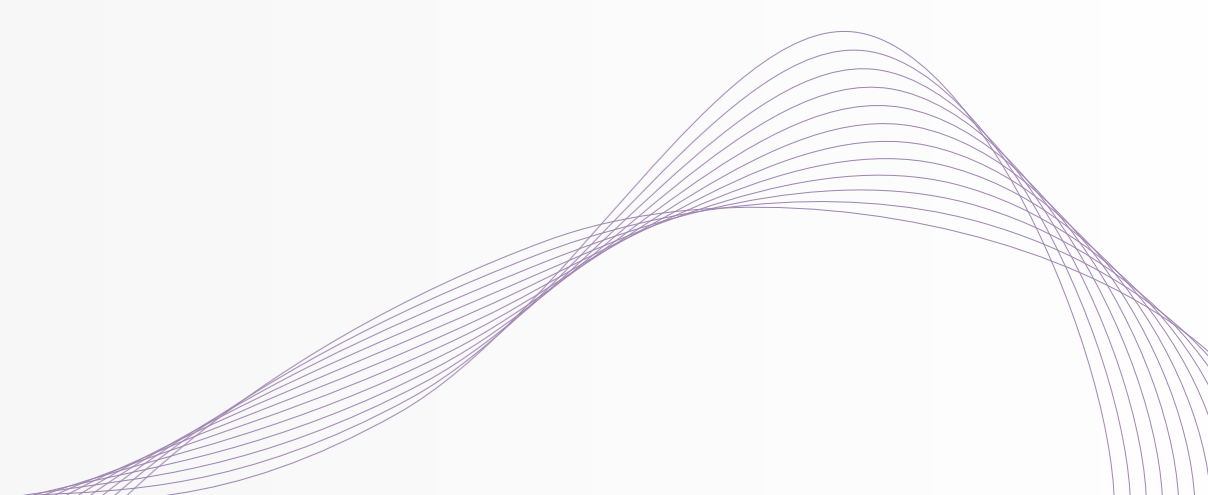
“As novas regras trazem complexidade às pessoas jurídicas, pois a carga efetiva de IRPJ/CSLL interfere no cálculo do imposto mínimo da PF e na restituição do imposto. Além disso, será necessário segregar a base de acionistas conforme o tratamento tributário aplicável, o que é particularmente complexo do ponto de vista operacional para companhias abertas”

**Flavio Mifano**, sócio de **Tributário**



“Para pessoas físicas com renda anual acima de R\$ 600 mil, a nova lei instituiu tributação mínima de até 10% pelo IR incluindo dividendos, que voltam a ser tributados após a revogação da isenção vigente desde 1996”

**Nicole Najjar**, sócia de **Gestão patrimonial, família e sucessões**



## Do centenário ao futuro: o que esperar do Carf em 2026

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) celebrou seu centenário, em 2025, em meio a um cenário desafiador: a greve dos auditores fiscais da Receita Federal, que começou no fim de 2024 e terminou em julho do ano passado, suspendeu sessões de julgamento e represou R\$ 156 bilhões em processos somente nos dois primeiros meses do ano, segundo estimativa do próprio Carf.

Embora a greve tenha sido encerrada na metade de 2025, o Carf demonstrou grande eficiência na retomada dos trabalhos, o que acelerou significativamente o ritmo do tribunal administrativo. Segundo o presidente do Carf, Carlos Higinio Ribeiro de Alencar, o valor do estoque de processos a ser julgado caiu de R\$ 1,15 trilhão no início de 2025 para R\$ 950 bilhões em outubro, representando uma redução de quase R\$ 200 bilhões.

Entre as inovações implementadas no ano, destacam-se as sessões extraordinárias de julgamento – previstas no Decreto nº 12.340/2024 – voltadas para casos mais simples e de menor valor, que ajudaram a reduzir o acervo. O Carf também passou a permitir julgamentos híbridos, combinando a participação presencial e a virtual.

Outro fator importante foi a modernização de novas súmulas. O novo Regimento Interno do Carf (Ricarf) simplificou o processo de aprovação desses enunciados, com a indicação de que a presidência pretende manter um fluxo contínuo, priorizando temas com grande volume de decisões repetidas. O objetivo é liberar mais tempo para julgamentos de questões novas e originais.

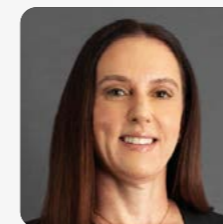
Na jurisprudência, alguns temas ganharam destaque em 2025. As discussões sobre âgio continuaram entre as mais relevantes, assim como os debates sobre incentivos fiscais estaduais tratados como subvenções para investimento. Esse ponto gerou novas controvérsias envolvendo o valor do benefício fiscal, que deve ser excluído quando o crédito presumido está condicionado à renúncia dos créditos de entrada ou ao pagamento de valores a fundos estaduais, bem como os chamados benefícios negativos. Também foram aprovadas súmulas sobre temas de alto impacto aos contribuintes, como as que impossibilitam o registro de créditos extemporâneos de PIS e Cofins, sem a retificação das obrigações acessórias e o uso de créditos de insumos por empresas exclusivamente comerciais (varejistas e atacadistas).

Em 2026, cabe destacar que um fator relevante para o contencioso federal foi a edição da Lei Complementar nº 227/2026, que estabeleceu formalmente o recesso e a suspensão de prazos no Carf entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, alinhando o processo administrativo fiscal às práticas já consolidadas no Poder Judiciário.



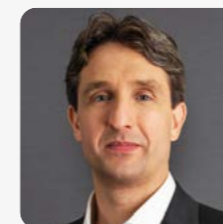
### Saiba mais

Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“As perspectivas para 2026 são de continuidade no avanço da redução de estoque de processos pendentes, com a consequente diminuição do tempo de espera para o julgamento pelo Carf. Inclusive, o desafio central será equilibrar o julgamento de temas de alto impacto econômico com a necessidade de dar vazão ao volume de processos de menor valor que aguardam decisão”

**Ana Paula Lui, sócia de Tributário**



“Diante do cenário desafiador de 2026, torna-se indispensável uma atuação intensa e próxima do contencioso administrativo, por meio do acompanhamento constante dos processos em tramitação no Carf, da evolução jurisprudencial administrativa e das ações de fiscalização promovidas pela Receita Federal do Brasil”

**Reinaldo T. Moracci Engelberg, sócio de Tributário**

## Recuperação extrajudicial ganha relevância e se consolida como ferramenta estratégica de reestruturação

O uso da recuperação extrajudicial ganhou força nos últimos anos e passou a ocupar espaço relevante no mercado de reestruturação. Desde a reforma promovida pela Lei nº 14.112 em 2020, que modernizou a legislação de insolvência e ampliou a segurança jurídica do procedimento, o número de pedidos de homologação cresceu de forma expressiva. Segundo o Observatório Brasileiro de Recuperação Extrajudicial (Obre), aproximadamente 80% dos pedidos ajuizados desde 2005 até fevereiro de 2026 foram apresentados a partir de 2021, período marcado pela aplicação da lei reformada.

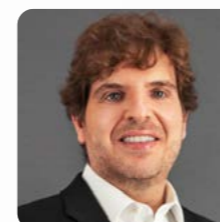
A recuperação extrajudicial se consolidou como uma alternativa eficiente para empresas que buscam reorganizar dívidas com mais agilidade. O instrumento permite que a companhia apresente ao Judiciário um plano já aprovado por maioria simples dos créditos abrangidos, tornando-o obrigatório para todos os credores incluídos, mesmo aqueles que discordaram da proposta. Essa característica reduz impasses com minorias dissidentes e viabiliza reestruturações mais rápidas e menos litigiosas.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.

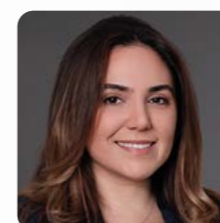
O avanço recente também revela a sofisticação crescente das operações. A recuperação extrajudicial tem sido utilizada em casos de alta complexidade, envolvendo valores significativos e estruturas que combinam reorganização societária, renegociação

financeira e emissão de valores mobiliários. O mecanismo tem servido como ferramenta importante para maximizar a recuperação de crédito de investidores e credores, especialmente em empresas que enfrentam desafios financeiros mais profundos.



“Com a reforma da LRF, a recuperação extrajudicial passou a ser mais interessante por ter diversas vantagens em relação à versão judicial: é mais célere, menos custosa, abrange apenas os credores selecionados e reduz o dano à imagem para o devedor”

**Marcelo Ricupero**, sócio de Reestruturação e Insolvência



“Apesar de o tema ainda ser objeto de discussão e de não haver disposição legal clara nem posicionamento jurisprudencial consolidado, já há casos relevantes em que houve Financiamento DIP para empresas em recuperação extrajudicial com as mesmas características que se veriam na versão judicial”

**Victoria Vilella Boacnin**, sócia de Reestruturação e Insolvência

## M&A ganha ritmo em setores resilientes mesmo com juros elevados

O mercado de fusões e aquisições (M&A) retomou uma trajetória de avanço em ritmo consistente, mesmo em um contexto marcado por juros elevados, volatilidade cambial e eleições presidenciais em 2026. As transações têm se concentrado em setores resilientes, como infraestrutura, energia, *life science*, agronegócio e tecnologia, impulsionadas pela combinação entre previsibilidade de receitas e busca por eficiência operacional. Fundos de *private equity* retomam operações de forma gradual, aproveitando *valuations* mais equilibrados, enquanto empresas de médio porte ampliam presença em movimentos de capitalização e reorganização societária. Para acomodar o ambiente mais exigente, estruturas como *earn-outs* e *joint ventures* têm ampliado alternativas e facilitado a execução das transações.

O dinamismo observado em 2025 criou a base para esse avanço, ao consolidar a força dos setores mais resilientes e ampliar a atuação tanto de fundos de *private equity* quanto de empresas de médio porte. A partir desse contexto, o mercado evolui para um ciclo caracterizado por mais sofisticação estrutural, diligência reforçada e foco ampliado em ativos capazes de sustentar retornos em um ambiente ainda desafiador. Esse movimento tende a qualificar as transações e fortalecer a previsibilidade à medida que o cenário econômico apresentar sinais de estabilização.

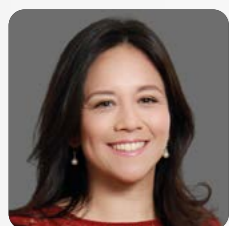


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



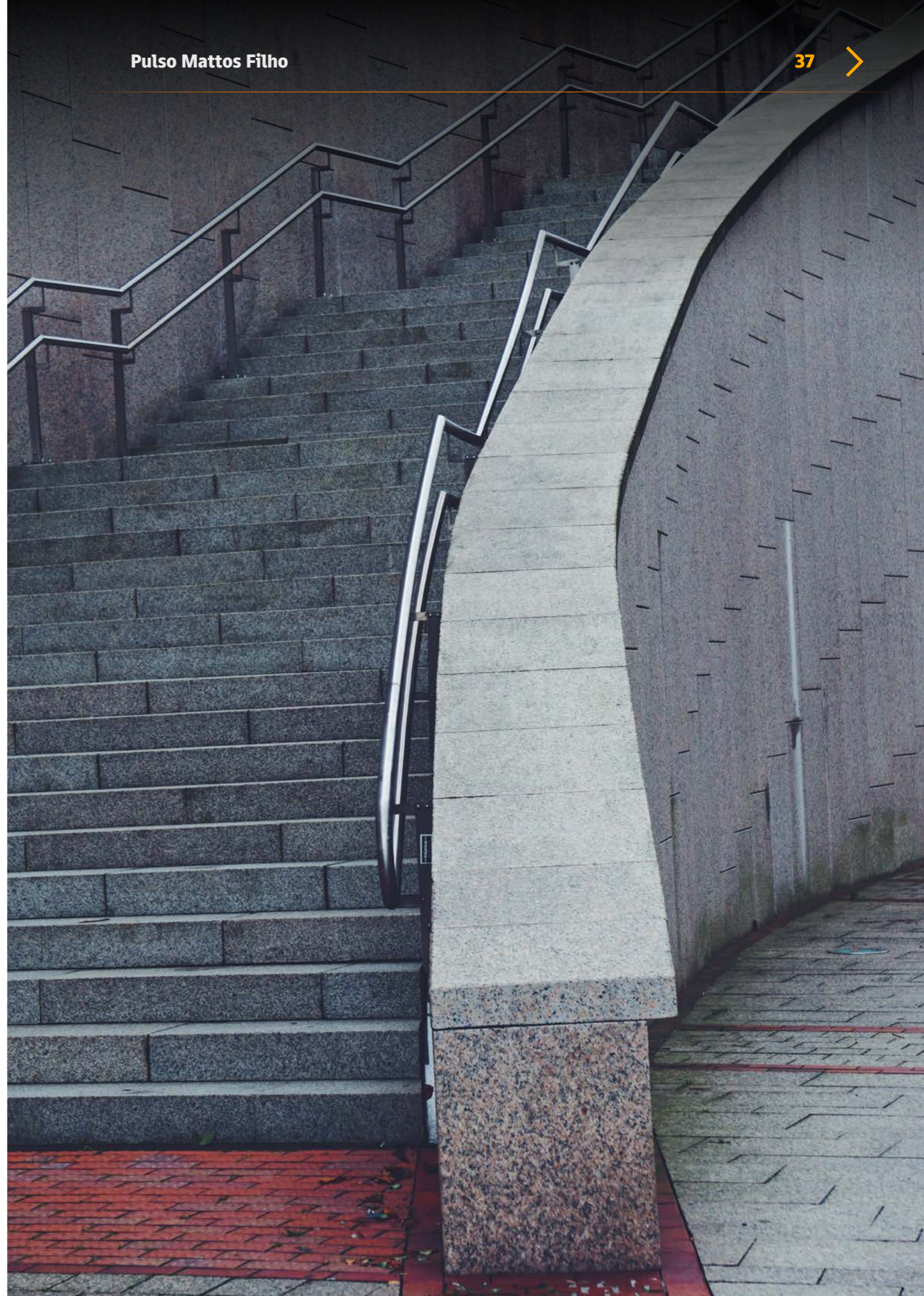
“Empresas com governança sólida, controles definidos e que tenham se estruturado internamente para um processo de diligência organizado sairão na frente dos seus concorrentes no que diz respeito à atração de investimentos em um mercado de M&A cada vez mais competitivo”

**Rodrigo Arthur Carvalho**, sócio de Societário/M&A



“As dinâmicas nos setores de infraestrutura (em especial, *data centers*), energia, *life science*, agronegócio e tecnologia deverão se intensificar com mais atuação de fundos de *private equity* e movimentos de consolidação setorial”

**Sabrina Naritomi**, sócia de Societário/M&A



## STF e STJ avançam em um ano de transição e precedentes relevantes

O Supremo Tribunal Federal (STF) atravessa um período de mudanças institucionais em 2026, marcado pela vacância decorrente da aposentadoria antecipada do ministro Luís Roberto Barroso e pela apreciação ainda pendente pelo Senado da indicação de Jorge Messias para a Corte. Sob a presidência do ministro Edson Fachin, o tribunal também tem ampliado sua interlocução internacional, com iniciativas voltadas à integração de tribunais latino-americanos e caribenhos. Em um ano eleitoral, a agenda do STF tende a ser dominada por temas de alta repercussão constitucional, especialmente aqueles relacionados ao funcionamento do sistema político, à atuação de agentes públicos e a competências institucionais sensíveis.

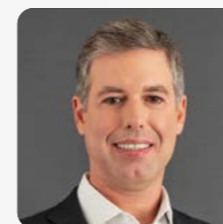
Esse cenário se constrói após um 2025 de produtividade significativa, quando o tribunal registrou mais de 83 mil processos baixados e 86 mil decisões terminativas, um dos maiores volumes de sua história. O ano também consolidou precedentes relevantes, como a ADI 7.265/DF, na qual o Supremo declarou constitucional a possibilidade de impor aos planos de saúde a cobertura de tratamentos e procedimentos não incluídos no rol da ANS, desde que

observados requisitos técnicos e jurídicos estritos, e o Tema 1.101, que reconheceu a constitucionalidade do regime de recuperação judicial e falência aplicável a empresas estatais.

No Superior Tribunal de Justiça (STJ), este ano é igualmente marcado por alterações importantes em sua estrutura de liderança, com o ministro Gurgel de Faria à frente da Primeira Seção e o ministro Teodoro Silva Santos na presidência da Segunda Turma, além de ajustes previstos na Sexta Turma e na Terceira Seção em razão de aposentadorias. Paralelamente, o tribunal mantém o foco na eficiência e na redução do estoque processual, em linha com o desempenho de 2025, quando a Corte registrou alta produtividade, renovação parcial de composição e definiu teses relevantes em temas centrais do direito público e privado.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“O STF terá agenda intensa em 2026. Em ano eleitoral, julgará temas como vínculo de motoristas de aplicativos, pejetização e ISS no PIS/Cofins, além das investigações Banco Master e INSS e das regras sobre emendas parlamentares e ‘penduricalhos’ do serviço público”

**Arthur Parente**, sócio de **Contencioso e Arbitragem**



“Para 2026, o STJ estabeleceu metas ambiciosas para reduzir seu acervo. Como prioridades, a Corte buscará julgar todos os processos distribuídos até 2019 e as ações de improbidade administrativa e penais relacionadas a crimes contra a Administração distribuídas até 2022. O STJ pretende, ainda, reduzir em 0,5% a taxa de congestionamento em relação a 2025, excluídas as execuções fiscais; 75% dos processos ambientais distribuídos até 2025; 80% das ações envolvendo povos indígenas, comunidades quilombolas e racismo/injúria racial; e processos sobre feminicídio e violência doméstica distribuídos até 2024”

**Maricí Giannico**, sócia de **Contencioso e Arbitragem**

## Como as novas relações de trabalho podem impactar a agenda trabalhista das empresas

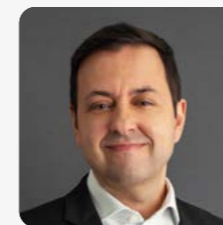
Impulsionada pelas mudanças nas relações de trabalho, a agenda trabalhista das empresas tende a enfrentar um ambiente mais complexo e desafiador em 2026. Com novas discussões sobre formas de contratação, empresas passam a intensificar a revisão de contratos e políticas, fortalecer mecanismos preventivos e aprimorar práticas para lidar com esses assuntos. A fixação de teses vinculantes pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o avanço de propostas legislativas tendem a impactar a governança trabalhista e a gestão de riscos, exigindo estratégias que conciliem eficiência operacional e segurança jurídica, a fim de mitigar riscos e evitar litígios.

Esse movimento se desenvolve após 2025, que foi marcado pela retomada do debate sobre terceirização e pejetização na Justiça do Trabalho. As discussões envolvem possíveis situações de fraude, como desligamentos seguidos de recontração por meio de terceirização e a substituição planejada do vínculo empregatício por pessoa jurídica, o que elevou o nível de atenção das empresas à formatação contratual e em políticas de *compliance*.

Paralelamente, o Legislativo analisou em pautas relevantes, como a jornada 6x1 e iniciativas para regulamentar o trabalho por meio de aplicativos, reforçando a perspectiva de mudanças significativas no cenário trabalhista atual.

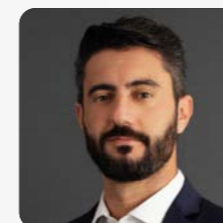


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse  
mais conteúdos.



“É fundamental analisar as ações cujas decisões poderão ser desafiadas, considerando a fixação de teses vinculantes pelo TST e pelas decisões do STF. As empresas também deverão avaliar melhorias por meio de negociações com os sindicatos, uma vez que a tese do acordado sobre o legislado ganha cada vez mais força nos Tribunais Superiores”

**Domingos Fortunato**, sócio de Trabalhista e Sindical



“As empresas deverão reavaliar suas estruturas e modelos de negócios e de contratação, a fim de garantir que não haja margem para questionamentos quanto à existência de fraude ou à precarização dos direitos trabalhistas. Além disso, a utilização da negociação coletiva para a flexibilização de questões trabalhistas dos empregados continua sendo alternativa para não comprometer direitos trabalhistas, até que haja uma clareza efetiva dos limites da pejetização e do trabalho por aplicativos”

**Rafael Caetano de Oliveira**, sócio de Trabalhista e Sindical

## As prioridades do Cade em 2026

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) permanece bastante ativo, com decisões relevantes adotadas em 2025, tanto na análise de fusões e aquisições quanto na frente de investigações, para além de debates regulatórios sobre setores que devem continuar no radar da autoridade ao longo de 2026.

As decisões do órgão mostraram atenção a temas centrais da política antitruste, como o escrutínio cada vez maior em relação a parcerias entre empresas concorrentes e trocas de informações sensíveis, e a continuidade das discussões sobre o papel da defesa da

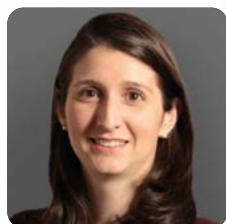
concorrência frente a mais digitalização dos mercados. O Cade também ampliou o aprofundamento das análises de operações e condutas envolvendo plataformas ou mercados digitais e manteve foco na avaliação de operações em setores como aviação, infraestrutura, logística e tecnologia.

Esses movimentos indicam um ambiente cada vez mais sofisticado, o que reforça a necessidade das empresas se atentarem aos aspectos concorrenciais ao analisarem e planejarem suas operações societárias ou políticas comerciais.



“O Cade já reconheceu em várias oportunidades a importância de parcerias, inclusive para o surgimento de novos produtos, serviços ou modelos de negócios, com benefícios aos consumidores e ao mercado em geral. As discussões recentes não modificam essa visão, mas reforçam importância de que as empresas adotem cuidados desde a fase inicial de prospecção e planejamento dos projetos até a condução dos trabalhos, em especial nos casos em que as parcerias envolvam empresas que atuem no mesmo setor ou que possam ser consideradas como concorrentes em alguma medida”

**Marcio Soares**, sócio de Direito concorrencial



“O Cade tem se mostrado aberto ao diálogo para discutir os desafios que podem surgir de mais digitalização dos mercados. Nesse contexto, as empresas devem buscar se envolver nos fóruns de discussão, consultas públicas e debates realizados pelo Cade e por outros órgãos relevantes, de forma que possam trazer visões sob pontos de vista diversos e complementares. Essas contribuições serão importantes para que o Cade possa garantir um equilíbrio entre eventual necessidade de intervenção e garantia de um ambiente de negócios que gere incentivos à inovação e à manutenção do dinamismo dos mercados”

**Renata Zuccolo**, sócia de Direito concorrencial



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



## Reformas no setor elétrico, novos marcos e avanços regulatórios redesenham a infraestrutura brasileira

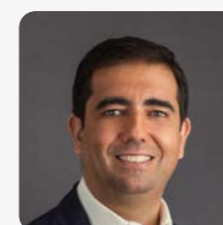
A agenda regulatória de infraestrutura tem avançado em diferentes frentes no Brasil, impulsionada por reformas estruturais no setor elétrico e por movimentos regulatórios importantes nas indústrias de óleo & gás, marítimo e portuário, além da mineração. No segmento de energia elétrica, a Lei nº 15.269, publicada em novembro, estabeleceu um cronograma de 36 meses para abertura completa do mercado livre, permitindo a migração de todos os consumidores do mercado cativo (regulado) até o fim desse prazo. Também disciplinou um grupo de matérias específicas, como a criação da figura do supridor de última instância (empresa responsável por atender consumidores que fiquem sem fornecedor no mercado livre), novas regras de autoprodução de energia e a redução de parte dos descontos tarifários, o que preparou o setor para sua nova fase. A lei ainda propôs regras para indenização de parte dos eventos de cortes de geração (*curtailment*), cuja efetividade dependerá da regulamentação em andamento.

No transporte aquaviário, a regulamentação da BR do Mar — programa que estimula o transporte marítimo entre portos brasileiros ao longo da costa — consolidou atribuições do Ministério de Portos e Aeroportos, da ANTAQ (Agência Nacional de Transportes Aquaviários) e da Marinha, além de introduzir o conceito de embarcação sustentável e ampliar as hipóteses de afretamento, com expectativa de redução significativa dos custos logísticos. Já no setor de O&G, o decreto que institucionalizou o programa Gás para Empregar reforçou as competências da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e ampliou o papel do Estado na coordenação da infraestrutura essencial, abrindo discussões sobre acesso e remuneração regulada. Em mineração, o Ministério de Minas e Energia instaurou consulta pública sobre debêntures para projetos ligados a minerais críticos e estruturou o Conselho Nacional de Política Mineral para definir diretrizes de uma política mineral alinhada à transição energética. Para 2026, governo e reguladores devem focar na implementação desses marcos em um ambiente regulatório mais complexo.



**Saiba mais**

Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“O crescimento da demanda por minerais críticos, sobretudo para emprego em tecnologias de transição energética, indústria de defesa e *data centers*, tem influenciado a busca por oportunidades dessas commodities. Considerando as incertezas geopolíticas, investidores buscam projetos e operações de cobre, lítio, cobalto, níquel e terras raras para se posicionarem, reduzir a exposição e garantir o acesso a essas matérias-primas. De outro lado, commodities tradicionais, como o ouro, também têm gerado oportunidades importantes devido aos preços elevados. Em termos regulatórios, o governo brasileiro está atento a esse momento e busca aprovar uma política para minerais críticos e estratégicos, com incentivos ao setor. Temas ambientais e sociais também continuam em voga, como a segurança de barragens e a aguardada regulamentação de pilhas. A regulamentação da nova Lei de Licenciamento Ambiental também pode oferecer oportunidades ao setor mineral, especialmente para projetos estratégicos. Por fim, aguarda-se o novo Plano Nacional de Mineração 2050, que orientará o setor nas próximas décadas”

**Adriano Drummond Trindade**, sócio de **Infraestrutura e Energia**



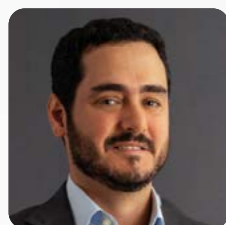
“Para 2026, teremos diversas oportunidades no setor de rodovias, tanto no âmbito federal quanto no estadual. Seguindo uma nova tendência, em alguns projetos teremos a repartição do risco de demanda entre projetos mais complexos. Ademais, tudo leva a crer que os critérios de habilitação devem ficar mais rigorosos e que haverá a criação de travas à distribuição de dividendos em períodos mais intensos de Capex. No setor de portos, ainda teremos a discussão sobre a modificação ou substituição da Lei 12.815/2013; também se espera a licitação do Tecon Santos 10. No setor de ferrovias, o Governo Federal tem elaborado alguns projetos, como o da EF-118, cujos estudos estão no TCU. Por sua vez, o setor de saneamento deve continuar a apresentar novos projetos de concessão. Há cerca de nove projetos em estruturação, com destaque para a potencial privatização da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa)”

**André Luiz Freire**, sócio de **Infraestrutura e Energia**



“As mudanças na legislação do setor elétrico, verificadas em 2025, iniciam um novo ciclo para o setor. Após 20 anos marcados pela diversificação da matriz energética (com o crescimento das fontes solar e eólica), a universalização do acesso no segmento de distribuição, a consolidação do mercado livre e a conexão de todo o país ao sistema interligado nacional, vemos agora o início de novo ciclo de investimentos, dedicados em especial ao aumento da resiliência das redes (necessário em razão do aumento dos eventos climáticos extremos), ao aumento da disponibilidade e da flexibilidade de geração (com leilões de capacidade e de baterias), à sofisticação dos produtos de comercialização (com a criação de bolsa de energia elétrica) e ao aumento da capacidade de transmissão (contribuindo para diminuição dos níveis atuais de *curtailment*). Em especial, vemos neste ciclo um crescimento significativo dos investimentos em *data centers*, projetos eletrointensivos que aproveitam as condições elétricas, jurídicas e geopolíticas favoráveis do país”

**Fabiano Brito**, sócio de Infraestrutura e Energia



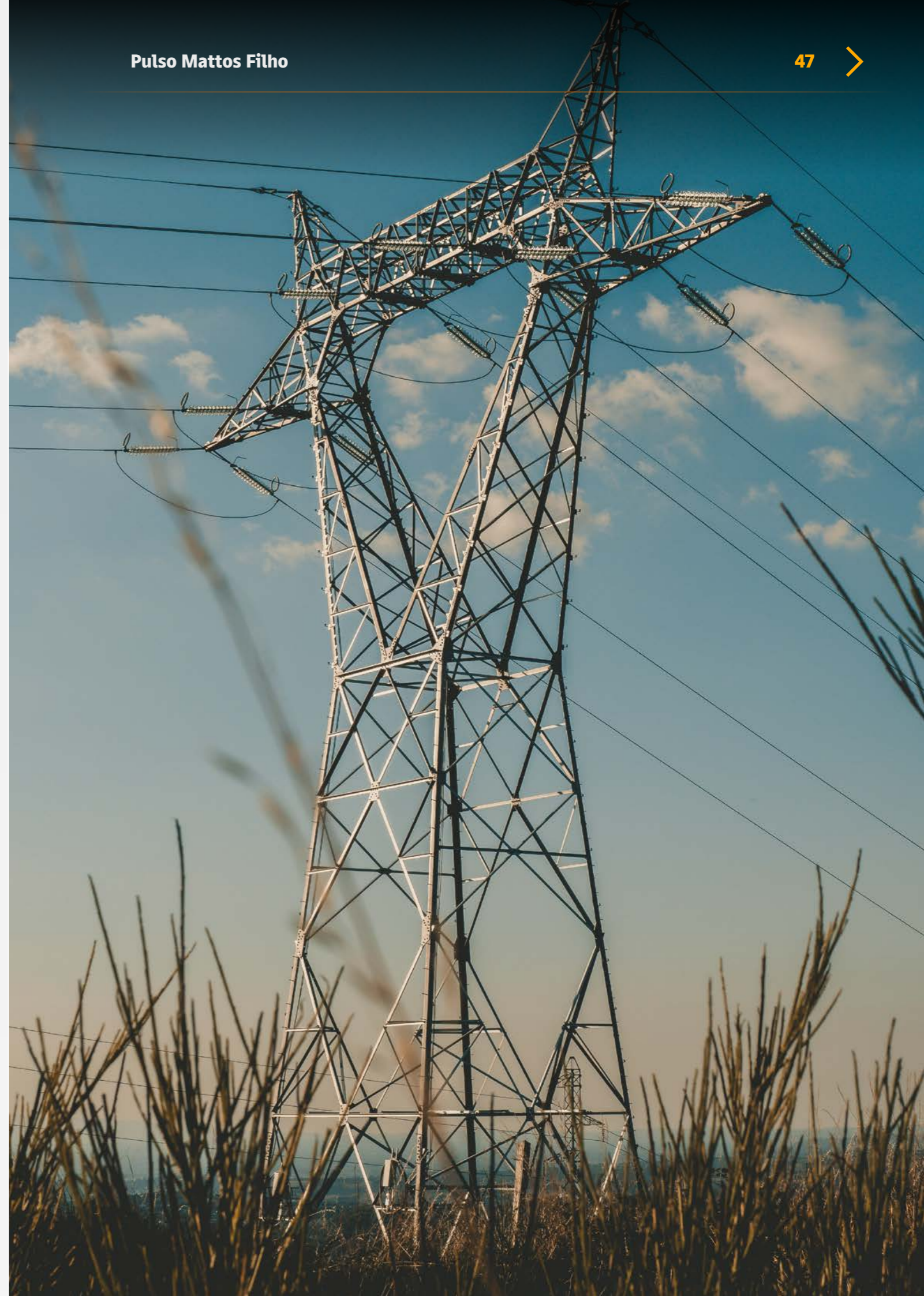
“A finalização da revisão tarifária das transportadoras de gás natural, a regulação do gás release e o Leilão de Reserva de Capacidade na Forma de Potência (LRCAP 26) devem influenciar os projetos de gás neste ano. Nós também temos de acompanhar atentamente os desdobramentos dos conflitos no Irã e em outros países do Oriente Médio, pois esse país e seus vizinhos, como o Qatar e os Emirados Árabes Unidos, são grandes produtores e supridores de GNL no cenário global. A volatilidade causada pelos embates entre os países acarreta consequências imediatas e pressão nos preços do GNL e do Brent, o que impactará contratos de gás no Brasil”

**Felipe Feres**, sócio de Infraestrutura e Energia



“Em 2026, o foco do setor marítimo e portuário será o *compliance* operacional: a adaptação à IN 22/25 (STS), o uso do *sandbox* para destravar inovações e do Navegue Simples para desburocratizar o setor portuário”

**Nilton Mattos**, sócio de Infraestrutura e Energia





## Como a COP30 impulsionou o Brasil na agenda global de descarbonização

A COP30 transformou Belém no centro das negociações climáticas e as decisões adotadas na conferência reforçaram o papel estratégico do país na agenda climática global. Em continuidade aos avanços da COP29, a COP30 consolidou progressos relevantes em temas como financiamento climático, mercados de carbono e mecanismos para acelerar a transição energética.

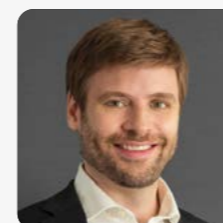
Um dos resultados mais aguardados – e finalmente alcançado – foi a adoção de indicadores para o Objetivo Global de Adaptação, para tornar possível medir o avanço na implementação da infraestrutura necessária para enfrentar os eventos climáticos. Foi a primeira vez que os países chegaram a um consenso sobre o tema, após uma negociação intensa e marcada por impasses.

O Brasil não apenas sediou a conferência, mas também liderou iniciativas inovadoras, como o lançamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF) e a articulação de novos mecanismos financeiros voltados à conservação e ao desenvolvimento sustentável. Essas ações reforçam a posição brasileira como protagonista na integração entre preservação ambiental e crescimento econômico, especialmente no contexto da Amazônia.

Além disso, a COP30 trouxe anúncios importantes de instituições financeiras e governos, incluindo o *Roadmap* Baku-Belém, que estabelece metas ambiciosas para mobilização de recursos até 2035, e novos aportes bilionários para projetos sustentáveis.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“A COP30 mostrou capacidade de liderança do Brasil ao impulsionar adaptação, mercados de carbono e novos fundos, como o TFFF. Esses avanços reforçam sua posição como referência em soluções climáticas integradas e cooperação internacional”

**Antonio Augusto Reis**, sócio de **Direito ambiental e Mudanças climáticas**



“Os avanços da COP30 elevam a exigência por métricas de adaptação, mais transparência climática e acesso competitivo a financiamentos, pressionando empresas a acelerar planos de descarbonização e integrar critérios climáticos às decisões de negócio”

**Juliana Ramalho**, sócia de **Direito ambiental e Mudanças climáticas**

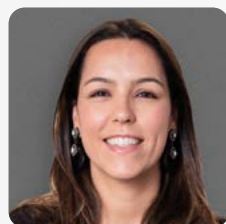
## Banco Central e os desafios entre o estímulo à inovação e necessidade de supervisão financeira

A agenda regulatória do sistema financeiro evoluiu no último ano, com o Banco Central avançando em ações que reforçam medidas prudenciais e de controle, e ao mesmo tempo buscando preservar condições para inovação e competição entre bancos, instituições de pagamento e *fintechs*. Estimulados por eventos que demonstraram a necessidade de reforço dos mecanismos de proteção e supervisão, os movimentos recentes incluíram o fortalecimento das regras de gerenciamento de riscos em arranjos de pagamento, o aumento dos limites de capital mínimo e das responsabilidades das instituições reguladas, e o aprofundamento de debates sobre segurança digital, prevenção de fraudes e golpes, e limites operacionais. Paralelamente, o regulador tem reforçado a sua intenção de seguir fomentando medidas e ferramentas para equilibrar o ambiente competitivo entre os diferentes participantes do mercado, como *Open Finance* e *Pix*.

Para 2026, a tendência é a continuidade desse processo, com ênfase no aprimoramento do gerenciamento de riscos, na revisão de infraestruturas críticas e em ajustes prudenciais que caminham lado a lado com iniciativas direcionadas à inovação e à eficiência operacional. A consolidação desse arcabouço regulatório deve influenciar diretamente a dinâmica concorrencial do setor, exigindo adaptações de todos os agentes e moldando o ritmo de evolução dos modelos de negócio no mercado financeiro.

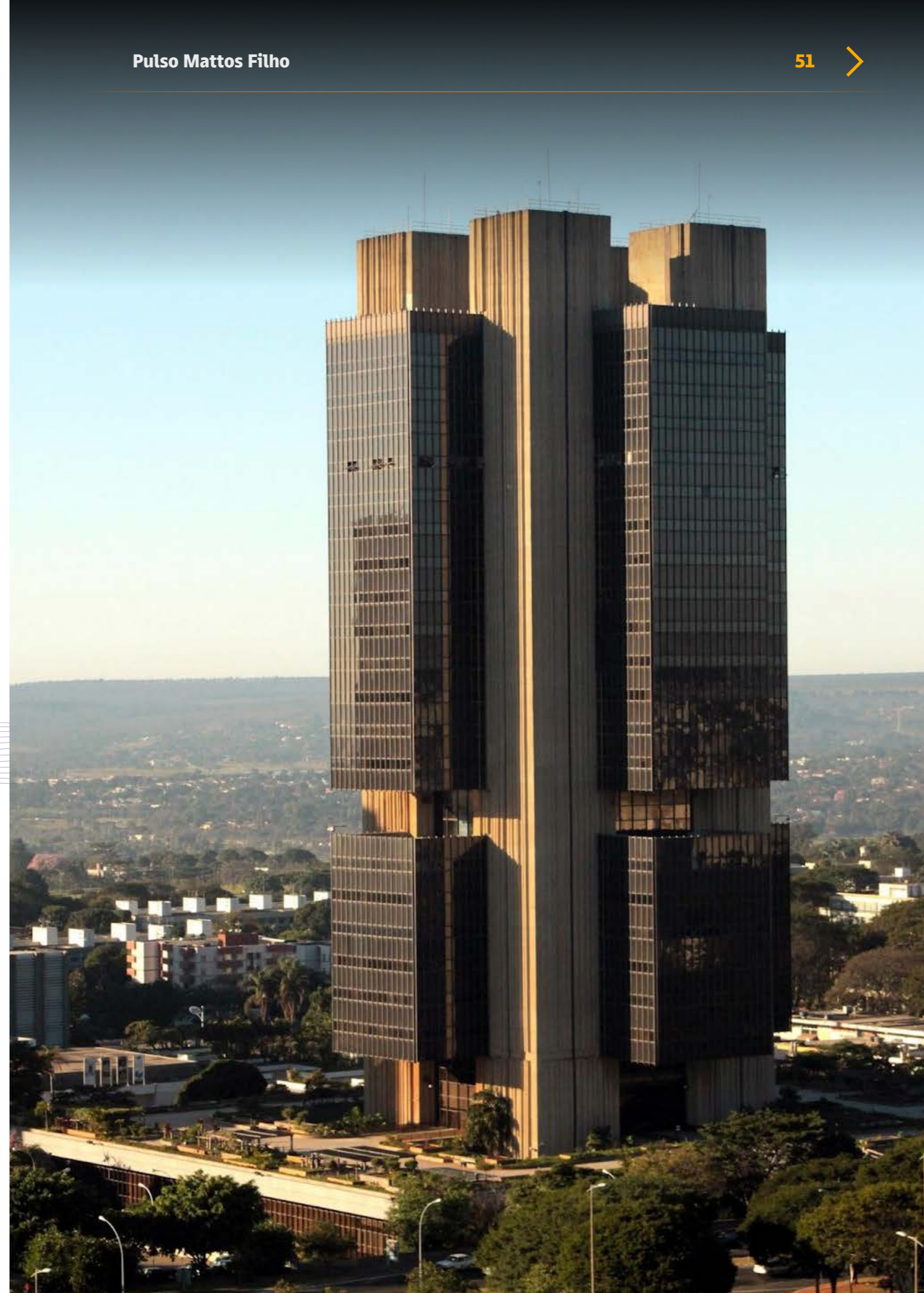


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“Quando o BC propôs a Agenda BC+, priorizando medidas de fomento à competição e inovação, o cenário brasileiro era de maior concentração, com expressiva parcela da população desbancarizada. Hoje, com a presença relevante de novos agentes, como instituições de pagamento e *fintechs*, e com um ambiente mais competitivo, faz sentido que o regulador direcione mais atenção à estabilidade e à segurança do sistema financeiro. Essa alternância de prioridades, quando conduzida com cautela e equilíbrio, é não apenas natural, mas também saudável para o amadurecimento do mercado”

**Larissa Arruy**, sócia de Bancos e Financiamento



## Modernização das OPAs: o que esperar das novas regras da CVM

A modernização das regras aplicáveis às Ofertas Públicas de Aquisição de Ações (OPAs), promovida pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), inaugurou um novo marco regulatório no mercado de capitais. A aplicação prática do regime tem direcionado a atenção de companhias, investidores e assessores para seus efeitos sobre estratégias societárias, operações de M&A e reorganizações que possam resultar na realização de uma OPA.

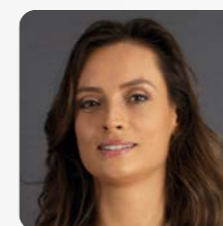
Editada em 2025 e com vigência iniciada em outubro daquele ano, a norma substituiu o arcabouço anterior ao estabelecer critérios mais objetivos, procedimentos simplificados e ritos de registro proporcionais à complexidade das ofertas. As mudanças buscaram aprimorar a eficiência regulatória e ampliar a previsibilidade das operações, incluindo novas estruturas, sem renunciar à transparência e à proteção aos acionistas minoritários. Orientações complementares da CVM e interpretações administrativas, que

historicamente assumiam um papel central na uniformização do entendimento do mercado, agora estão previstas expressamente na nova regra, fortalecendo a segurança jurídica.

Entre os principais avanços, destacam-se a atualização dos critérios que geram a obrigatoriedade de OPA por aumento de participação, a redução do prazo para o leilão, as hipóteses de dispensa de laudo e a cumulação da OPA de aquisição de controle com cancelamento de registro. Esses aprimoramentos contribuem para um ambiente de mercado mais competitivo, seguro e alinhado às melhores práticas internacionais.

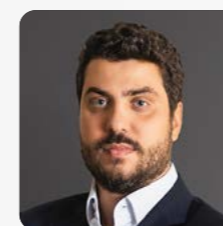


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“A dispensa de laudo torna o fechamento de capital mais ágil, barato e mantém salvaguardas aos minoritários. Já os novos critérios de aumento de participação trazem objetividade e segurança para controladores e investidores ao definir limites mais claros de *free float*”

**Vanessa Fiusa**, sócia de Mercado de Capitais



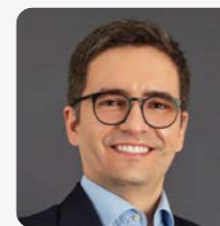
“As novas regras tornam as OPAs mais dinâmicas e estratégicas. A possibilidade de acordos prévios e de cumular OPAs cria estruturas inéditas e reduz riscos. As mudanças também favorecem OPAs hostis, reacendendo debates sobre controle e mecanismos de proteção”

**Henrique Ferreira Antunes**, sócio de Mercado de Capitais

## Mercado de fundos acompanha debates regulatórios e avanço do Eco Invest Brasil

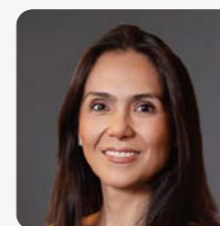
O mercado de fundos de investimento e, mais especificamente, a categoria de fundos imobiliários vive um momento de amadurecimento, que evidencia tanto o seu potencial quanto os entraves que ainda limitam a sua evolução. Apesar da diversidade de fundos e da crescente base de investidores, alguns obstáculos regulatórios ainda limitam sua capacidade de evoluir, como quóruns elevados, restrições a reorganizações e o direito de reembolso de cotistas dissidentes, mesmo em fundos listados e de alta liquidez, fatores que têm impedido movimentos de consolidação.

Já as diversas rodadas do programa *Eco Invest* – iniciativa federal que mobiliza capital privado para financiar projetos de transformação ecológica no país – ampliaram significativamente o fluxo de capital climático ao fortalecer mecanismos de financiamento e investimento, além de catalisar novos perfis de investidores para projetos de sustentabilidade. A terceira rodada deve direcionar os incentivos que devem ser canalizados preponderantemente por meio de Fundos de Investimento em Participações (FIP) constituídos nos termos da Resolução CVM nº 175/2022, visando ampliar a liquidez e a diversidade de instrumentos disponíveis para financiar a transformação ecológica no país.



“Em 2026, teremos reformas na regulamentação de FIIs e FIPs, com ajustes à resolução CVM nº 175. Para os FIIs, acreditamos que teremos melhores regras para viabilizar a consolidação da indústria de FIIs, como a redução de quóruns em assembleias. Já para os FIPs, estão previstos flexibilização para o investimento em sociedades limitadas, alavancagem dos FIPs via instrumentos de dívida e ajustes nos requisitos de influência nas companhias de portfólio, destravando algumas operações de *private equity* e o *venture capital*”

**Flávio B. Lugão**, sócio de Fundos de investimento e Asset management



“A entrada de gestores de *private equity* no ecossistema do *Eco Invest* representa um passo relevante na evolução do programa, ao combinar capital catalítico com a disciplina de investimento e de gestão. Esses gestores tendem a contribuir para a estruturação e profissionalização dos projetos, com foco em eficiência operacional, escalabilidade e estratégias claras de desinvestimento. Adicionalmente, o mecanismo de mitigação de risco cambial visa reduzir a exposição dos investidores internacionais à volatilidade do real, contribuindo para melhorar a previsibilidade financeira dos investimentos e ampliar a competitividade do país na disputa por capital global voltado à transição climática”

**Ana Carolina Nomura**, sócia de Fundos de investimento e Asset management

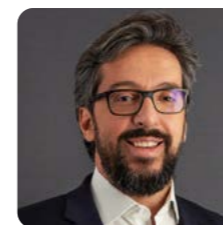
## ReData avança como pilar potencial de expansão da infraestrutura digital no Brasil

O mercado brasileiro segue diante da oportunidade de se posicionar globalmente no setor de infraestrutura digital, apoiado por uma agenda consistente de avanços regulatórios. No último ano, o debate sobre o ReData (Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Center no Brasil) ganhou força com propostas que buscavam transformar o regime em política permanente, evidenciando o interesse do setor em consolidar diretrizes estáveis para investimentos em tecnologia e economia digital. As discussões reforçaram a relevância dos pilares introduzidos originalmente pela Medida Provisória nº 1.318/2025 (atualmente expirada) e discutidos no âmbito do Projeto de Lei nº 278/2026, como a desoneração de equipamentos, estímulo à inovação e contrapartidas de sustentabilidade, apontando para um caminho regulatório alinhado às melhores práticas internacionais de infraestrutura digital.

Esses pilares vêm ganhando centralidade no desenvolvimento do setor e permanecem no radar do mercado. Metas de eficiência hídrica, uso de energia renovável e aportes mínimos em pesquisa e desenvolvimento têm sido tratadas como elementos essenciais para uma expansão responsável da infraestrutura de *data centers*. A aprovação do ReData tem potencial de destravar novos projetos, ampliar a infraestrutura instalada e estimular a descentralização regional dos empreendimentos, benefícios que o setor aguarda concretizar. A consolidação desse ciclo tenderá a fortalecer a segurança jurídica e ampliar a atratividade do país para investimentos de maior porte em tecnologia, conectividade e serviços digitais, reforçando a necessidade de parâmetros regulatórios claros e sustentáveis para impulsionar o ecossistema digital brasileiro.

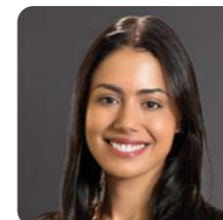


**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



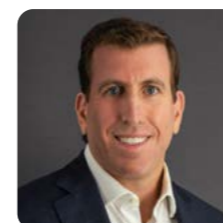
“A carga tributária elevada e a insegurança sobre benefícios fiscais dificultam novos investimentos. O ReData, ao estabelecer critérios objetivos e incentivos claros, reduz riscos e traz previsibilidade para projetos de *data centers*”

**Leonardo Homsy, sócio de Tributário**



“A instituição do ReData transforma incentivos pontuais em uma política estruturante para o setor. Ainda que o regime esteja em discussão, seus pilares sinalizam a ampliação da previsibilidade regulatória e se somam aos avanços em financiamento, regulação setorial e proteção de dados, consolidando um ambiente mais seguro e sustentável para investimentos de longo prazo em *data centers*”

**Natalia De Santis, sócia de Infraestrutura e Energia**



“O Brasil já possui algumas vantagens competitivas para *data centers*: matriz energética majoritariamente renovável e competitiva, conectividade internacional e disponibilidade de terrenos. Com o ReData, os investimentos tornam-se ainda mais atrativos e podem posicionar o Brasil como um dos principais *hubs* globais do setor”

**Pablo Sorj, sócio de Infraestrutura e Energia**

## ECA Digital: como as novas regras podem transformar o ambiente *on-line*

A proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital foi um dos marcos regulatórios de 2025, com a sanção da Lei nº 15.211/2025. A norma instituiu novas obrigações para fornecedores de produtos e serviços de tecnologia, incluindo gerenciamento de riscos à segurança e saúde de crianças e adolescentes, mecanismos de verificação de idade, exigência de consentimento de responsáveis e medidas para prevenir e impedir o acesso a conteúdos definidos na lei como inadequados.

Ao longo de 2026, espera-se a implementação efetiva dessas obrigações, o que envolverá o estabelecimento de processos estruturados de avaliação e mitigação de riscos. Além disso, também é esperado o reforço de mecanismos de

supervisão parental, adoção de procedimentos para remoção proativa de conteúdos graves e cumprimento das regras de reporte obrigatório às autoridades competentes. A expectativa é de um período de adaptação complexo, com efeitos relevantes para fornecedores de produtos e serviços de tecnologia e mais pressão por transparência, governança e mecanismos preventivos que garantam segurança e integridade no acesso de crianças e adolescentes aos ambientes *on-line*.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.



“O ECA Digital traz deveres penais reforçados: empresas devem remover e reportar exploração e abuso sexual, sequestro e aliciamento, mitigar riscos graves, adotar medidas para prevenir o acesso a conteúdo inadequado, bem como cumprir obrigação de reporte obrigatório às autoridades quando necessário”

**Paula Moreira Indalécio**, sócia de **Direito penal empresarial**



“Plataformas devem adotar design sensível à idade, com verificação etária proporcional e experiências diferenciadas por faixa etária. A privacidade deve ser padrão, com perfis privados, geolocalização desativada e coleta mínima de dados. É essencial limitar publicidade e *profiling*, oferecer supervisão parental efetiva, revisar algoritmos para reduzir riscos e uso compulsivo, realizar avaliações de impacto para menores e manter governança contínua e multidisciplinar”

**Thiago Sombra**, sócio de **Proteção de Dados e Cybersecurity**



# Institucional

- Governança
- Meio ambiente
- Diversidade, equidade e inclusão
- Impacto social



# Governança

## Governança e inovação caminham juntas na construção do nosso negócio

A governança e a inovação caminham juntas no Mattos Filho e formam a base que sustenta nossa cultura e impulsiona nossa atuação no mercado jurídico. Além de guiar o nosso modelo de trabalho, esse olhar inovador abre caminhos para a criação de práticas inéditas no mercado, pauta a adoção de tecnologias alinhadas às necessidades dos clientes e reforça nosso papel como protagonistas em iniciativas sociais, como o atendimento pro bono.

Atualmente, o nosso projeto de inovação consiste em três eixos: transformação digital, com a aplicação de tecnologias assertivas ao negócio; pessoas e cultura, levando capacitação aos profissionais com objetivo de fomentar um olhar inovador; e o attix, programa de inovação aberta que há três anos nos conecta às *startups* e às melhores

soluções tecnológicas para o setor. Nesse ecossistema, firmamos uma parceria com o Cubo Itaú para a criação do Cubo Legal, um *legal hub* apoiado pelo escritório com objetivo de aproximar nossas equipes e clientes das iniciativas mais relevantes de inovação.

Nosso olhar personalizado vai além da tecnologia. Ele se encontra na forma como estruturamos nossos talentos e fortalecemos áreas essenciais para a evolução do mercado jurídico. Isso inclui tanto iniciativas sociais, como nossa prática pioneira de pro bono, quanto o fortalecimento contínuo das equipes. Em 2025, contratamos uma nova sócia lateral para Reestruturação e Insolvência, e promovemos sete advogados à sociedade, ampliando nossa atuação em frentes estratégicas.

### Confira os destaques do attix em 2025:

**+ 82**  
*startups*  
analisadas

em diversos segmentos, como: *Legaltechs*, *Fintechs*, *HRTechs*, *RegTechs*, *Martechs*, aplicações de IA e *BigData*

**25**  
*startups* no  
portfólio

sendo 13 contratadas pelo Mattos Filho

**16**  
mentorias  
de produto  
para as *startups*  
do portfólio

**31**  
fóruns de  
apresentação

de novas soluções para times internos e clientes

**7**  
participações em  
eventos/*webinars*

com as *startups* parceiras sobre soluções oferecidas e que tangenciam o serviço jurídico

## Uso da IA alinhado à nossa cultura de segurança da informação

Com o avanço das ferramentas de inteligência artificial (IA), adotamos uma política interna específica para o uso desses recursos. Nela, listamos as plataformas autorizadas, estabelecemos diretrizes criteriosas de segurança e orientamos o tratamento dos dados inseridos.

Essa iniciativa integra um conjunto mais amplo de medidas voltadas à modernização e ao fortalecimento de nossas políticas sobre segurança da informação. Com o objetivo de reafirmar nossa aderência ao padrão internacional de gestão de riscos e proteção de informações, renovamos o certificado ISO 27001, que estabelece requisitos de confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Além disso, atualizamos nossas diretrizes internas para refletir práticas mais robustas de controle e prevenção, e intensificamos ações de treinamento e conscientização junto aos nossos profissionais, reforçando a cultura de segurança prevista em nossas políticas internas.



● Atualizamos nossas diretrizes internas para refletir práticas mais robustas de controle e prevenção, e intensificamos ações de treinamento e conscientização junto aos nossos profissionais.



## Desenvolvimento de talentos

No Mattos Filho, acreditamos no desenvolvimento contínuo dos nossos profissionais e investimos em iniciativas que fortalecem suas trajetórias, contribuindo para o crescimento de suas carreiras e para a excelência do nosso escritório.



### Jovens talentos e Soma talentos

Por meio dos programas Jovens talentos e Soma talentos – ação afirmativa de contratação de estudantes autodeclarados negros –, mais de cem estagiários ingressaram, em 2025, em diferentes áreas de atuação do escritório. Essas iniciativas representam as principais portas de entrada para estudantes de Direito no Mattos Filho e unem desenvolvimento pessoal, acadêmico e profissional em uma experiência única.

Durante o estágio, os estudantes atuam ao lado de profissionais experientes, recebem acompanhamento próximo de gestores e têm acesso a trilhas de aprendizagem especialmente desenhadas para acelerar seu crescimento. Além de benefícios competitivos, os programas oferecem a possibilidade de efetivação ao fim do ciclo, incentivando a formação das próximas gerações de talentos do escritório.



### Jornada dos advogados

Promover o desenvolvimento de nossos advogados, sedimentando competências essenciais para a prática jurídica e impulsionando a evolução profissional, é parte essencial do compromisso do escritório com a valorização de pessoas – consolidando o Mattos Filho como “um lugar de oportunidades”. Em 2025, realizamos 474 treinamentos, totalizando mais de 13 mil horas de conteúdo.

Em 2025, a trilha do Programa Making Partner – voltada ao desenvolvimento de nossos advogados seniores – contou com a participação de professores de universidades norte-americanas, que conduziram sessões sobre colaboração, liderança e relacionamento com clientes. Além disso, promovemos rodadas de conversas com renomadas instituições internacionais, que apresentaram seus programas de LL.M., aspectos da rotina acadêmica, processos de candidatura e os diferenciais de cada curso.

Essas iniciativas ampliaram o acesso dos nossos profissionais a oportunidades na carreira, inclusive em âmbito internacional, e incentivaram a construção de trajetórias sólidas e diversificadas dentro e fora do escritório.



### Estágio de férias e Feiras

Ao longo de 2025, participamos de 15 feiras de recrutamento em universidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília – incluindo a tradicional Semana do Estágio da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), uma das maiores do país. Mais de 900 visitantes passaram pelo nosso estande, que contou com atividades interativas para estimular o engajamento dos estudantes e proporcionar contato com a cultura do nosso escritório.

Como forma de ampliar a aproximação com esse público, também promovemos o programa Estágio de férias, que oferece experiência prática intensiva aos estudantes de Direito, com treinamentos e mentoria para o desenvolvimento de habilidades e vivência da rotina profissional. Ao todo, 26 estudantes participaram das duas edições, realizadas em janeiro e julho, fortalecendo a nossa estratégia de atração de futuros talentos.

# Meio ambiente

O Mattos Filho avançou na agenda de sustentabilidade ao ingressar em iniciativas climáticas internacionais, como o Law and Climate Atlas, da Universidade de Cambridge. A atuação em fóruns globais soma-se aos projetos já consolidados do escritório e reafirma o compromisso estratégico com a mitigação das mudanças climáticas e a integração de práticas sustentáveis à sua atuação institucional.

## Parcerias e iniciativas globais

Em colaboração com a Net Zero Lawyers Alliance, o Mattos Filho passou a contribuir com o Law and Climate Atlas, do Hughes Hall Centre for Climate Engagement, da Universidade de Cambridge, integrando análises jurídicas brasileiras sobre mudanças climáticas a um dos recursos acadêmicos mais relevantes do tema. A parceria amplia a presença do escritório em debates globais e aproxima ainda mais o Direito brasileiro das discussões internacionais sobre clima.

Em 2025, o Mattos Filho continuou a contribuir para o Climate Policy Monitor, iniciativa de pesquisa sediada na Universidade de Oxford que busca construir a base de evidências e a capacidade para promover regulamentações e políticas de *net zero* eficazes, rigorosas e equitativas. Essa contribuição envolve o mapeamento e análise de normas brasileiras sobre planos de transição, *disclosure*, contratações públicas, regulações prudenciais, metano e créditos de carbono que contenham previsões relacionadas às mudanças climáticas.

Além disso, o Mattos Filho integra o Conselho Consultivo do Climate Policy Hub, reforçando seu papel estratégico na definição de diretrizes e na promoção de práticas jurídicas alinhadas à transição para uma economia de baixo carbono.

net zero  
lawyers  
alliance



## Compromissos e coalizões

Primeiro escritório da América Latina a integrar a Net Zero Lawyers Alliance, o Mattos Filho atuou, ao longo de 2025, conforme os três eixos da coalizão: redução de emissões próprias, capacitação interna sobre mudanças climáticas e oferta de serviços jurídicos alinhados às metas globais de descarbonização.

O escritório manteve seu compromisso com a campanha Business Ambition for 1.5°C, da ONU, reafirmando a meta de zerar emissões nos três escopos até 2050, e continuou engajado no Movimento Ambição Net Zero, que reúne organizações comprometidas em reduzir, conjuntamente, duas gigatoneladas de CO<sub>2</sub> até 2030.



## Práticas internas

O escritório também deu continuidade à elaboração de seu inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), incorporando análises consistentes que permitem monitorar a evolução do tema e orientar decisões estratégicas relacionadas aos compromissos climáticos do escritório. Esse avanço aprofunda a compreensão interna sobre emissões, contribui para o aprimoramento de práticas operacionais e reforça a governança climática.



## Economia circular

Em 2025, a parceria com a YouGreen resultou na reciclagem de mais de nove toneladas de resíduos, reforçando o compromisso com práticas sustentáveis e de economia circular.



# Diversidade, equidade e inclusão

## Uma década promovendo diversidade, equidade e inclusão

Há dez anos, nascia um programa que inspirou o mercado jurídico. Mais do que criar simplesmente grupos de afinidade, o Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão do Mattos Filho representa a formalização de um compromisso: garantir um ambiente de trabalho plural e inclusivo em que todos podem desenvolver seu pleno potencial.

Fomos pioneiros ao implementar uma ação afirmativa para a contratação de estudantes de Direito negros (1ª edição em 2019), mobilizamos o mercado ao impulsionar alianças em prol da equidade racial (2018) e de gênero (2023), e conquistamos prêmios, inclusive internacionais, como o reconhecimento de diversidade do ano pelo Latin Lawyer por duas vezes. Mesmo tendo alcançado tantos marcos ao longo de uma década, o verdadeiro reconhecimento permanece até hoje: constatar que nossos profissionais se sentem, cada vez mais, parte importante e estratégica da instituição e do negócio.

Para celebrar 10 anos de transformações, em novembro, realizamos o Mês da Diversidade, com iniciativas voltadas à equidade de gênero e racial, além da valorização dos direitos LGBTQIAPN+. Em São Paulo, recebemos a psicóloga Mafoane Odara, que abordou o tema "O novo jogo da alta performance: leitura de cenário, transparência e cuidado nas relações". No Rio de Janeiro, a diretora de Diversidade e Inovação em Conteúdo da Globo, Kellen Julio, e, em Brasília, as advogadas Cainara Guassu e Rute Passos, representando a Philip Morris Brasil, conduziram uma roda de conversa sobre "A importância e a prática da diversidade no ambiente de trabalho".



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e acesse mais conteúdos.

Nossos profissionais também participaram de visitas guiadas à 36ª Bienal de São Paulo, com destaque para artistas e obras relacionadas às mulheres e à população negra e LGBTQIAPN+.

Como forma de difundir e ampliar o acesso aos direitos humanos, o escritório atualizou materiais produzidos ao longo dos dez anos relacionados aos pilares do Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão.



Clique e conheça mais sobre nossos grupos:

**EQUIDADE DE GÊNERO**

**4Women e EmFamília**

**DIREITOS LGBTQIAPN+**

**MFriendly**

**EQUIDADE RACIAL**

**Soma**

**DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA**

**EmFrente**

**LIBERDADE RELIGIOSA**

**Lire**





## Alianças que fazem a diferença

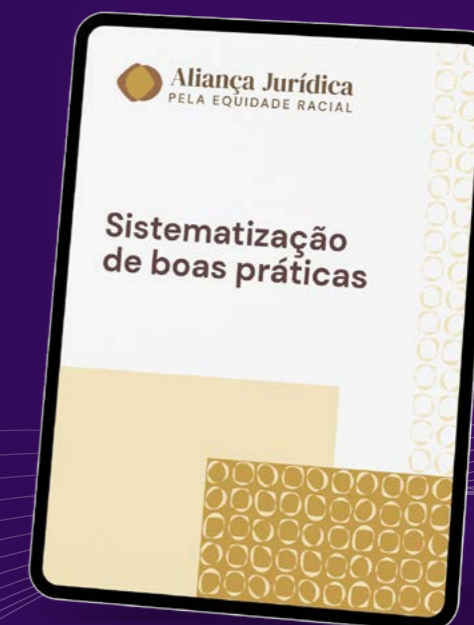
Em parceria com outros grandes escritórios brasileiros, o Mattos Filho atuou na Secretaria Executiva para as Alianças Jurídicas pela Equidade Racial e pela Equidade de Gênero, que chegaram, respectivamente, ao seu sétimo e terceiro ano de atuação. Esses movimentos têm sido fundamentais para promover debates relevantes no mercado jurídico, em especial o desenvolvimento e a retenção de talentos negros e a ascensão de mulheres à liderança dos escritórios de advocacia.

Em 2025, a Aliança Jurídica pela Equidade Racial lançou o e-book “Sistematização de boas práticas”, que reúne orientações sobre a estruturação de programas de diversidade, equidade e inclusão, além de ações afirmativas voltadas à atração, ao desenvolvimento e à retenção de profissionais negros. O material serve como um guia prático, construído a partir de experiências reais e bem-sucedidas dos integrantes da Aliança, e tem como objetivo inspirar outras instituições do setor a avançarem em suas próprias iniciativas.

Já a Aliança Jurídica pela Equidade de Gênero consolidou-se como um espaço de reflexão e troca de boas práticas para o aumento da liderança feminina entre os grandes escritórios de advocacia do país. A partir da [Agenda Mínima](#), lançada no fim de 2024, o grupo de sócias que compõem a Aliança ofereceu treinamentos com foco, principalmente, na promoção de uma comunicação mais estratégica sobre a importância da equidade de gênero com diferentes *stakeholders*. Além disso, discutiu como influenciar o mercado jurídico de modo mais amplo, dando visibilidade às iniciativas bem-sucedidas e comprovadamente eficientes para a ascensão de mulheres às posições de liderança.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e  
baixe o e-book.



# Impacto social

## Pro bono: Impacto real na Justiça e nos direitos humanos


A parceria inédita firmada em 2025 entre a escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP) e a área Mattos Filho 100% Pro Bono tem ampliado a formação prática de estudantes e fortalecido a atuação em Justiça e direitos humanos no Supremo Tribunal Federal (STF). No último ano, foram produzidas 11 petições de *amicus curiae*\* manifestações – incluindo a que contesta exames médicos invasivos exigidos de mulheres nas Forças Armadas e a que busca ampliar a abrangência das medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha.

A iniciativa se soma ao trabalho pro bono do Mattos Filho que promove acesso à Justiça e defesa de direitos de mulheres, população LGBTQIAPN+, migrantes, refugiados e em casos de justiça criminal e direitos étnico-raciais.


Juntas, as instituições reforçam o compromisso com a formação de profissionais preparados para atuar na defesa de direitos e no fortalecimento da democracia.

*\*Ou “amigo da corte” – quando terceiros com conhecimento técnico ou representatividade intervêm em processos de grande relevância.*




 Ao promover os direitos humanos e a litigância estratégica no STF, a prática 100% pro bono do Mattos Filho amplia seu impacto social e reforça o papel transformador do Direito. Atuamos com excelência técnica e visão institucional, de forma totalmente integrada à estratégia do escritório

**Flavia Regina Oliveira**, sócia da área Mattos Filho 100% Pro Bono


 Os alunos aprendem a trabalhar coletivamente, a atuar em prol do interesse público e a construir argumentos jurídicos consistentes, qualidades importantes para a formação de um bom profissional do Direito, preocupado com a justiça social

**Eloísa Machado de Almeida**, professora da Escola de Direito da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP)

## Política de Investimento Social

A Política de Investimento Social do Mattos Filho ganhou tração e despertou amplo interesse em 2025: foram mais de 260 projetos recebidos, provenientes de 218 cidades em todas as regiões do país. Lançada no fim de 2024, a política estabelece um processo claro e transparente para o apoio a projetos sociais e culturais por meio de

incentivos fiscais. Integrada à estratégia de cidadania corporativa e alinhada ao Programa de Diversidade, Equidade e Inclusão, bem como à atuação 100% pro bono do escritório, a política reforça o compromisso institucional da companhia com a geração de impacto social positivo e com iniciativas que traduzem seus valores.

### LEI DE INCENTIVO À CULTURA

#### Arte em curso

Show da Ana Cañas no programa Quintas no Clube do Choro.

#### Cidade Matarazzo

Projeto Ocupação Cultural, com apoio a atividades culturais no complexo, incluindo as exposições 'Crivo, a perspectiva de Luísa Strina' e 'Re-Selvagem: Natureza Inventada', de Eva Jospin.

#### Fundação Bienal de São Paulo

36ª Mostra: 'Nem Todo Viandante Anda Estradas - Da Humanidade como Prática', com curadoria de Bonaventure Ndikung e inspiração na poesia de Conceição Evaristo.

#### Exposição Andy Warhol: Pop Art!

Apoio à maior mostra dedicada ao artista no Brasil, premiada pela Associação Paulista dos Críticos de Arte como a melhor exposição internacional do ano na categoria Artes Visuais do Troféu APCA 2025.

#### Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp)

Exposição 'Frans Krajcberg: reencontrar a árvore', referência da arte ecológica no Brasil.

#### Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM-RJ)

Programa institucional de atividades para realização de exposições e ações educativas e preservação de acervo.

#### Museu Judaico

Projeto MUJ Repara, programa formativo para escolas públicas e privadas sobre combate ao antissemitismo e discriminação.

#### Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp)

Apoio aos Encontros Históricos, à Temporada Osesp e ao Coro.

#### Pinacoteca de São Paulo

Exposição 'Pop Brasil: vanguarda e nova figuração, 1960-70', que celebra os 60 anos da "arte pop" no Brasil.

#### Solar dos Abacaxis

Programa institucional de atividades, com exposições, residências e ações de democratização da cultura.

### LEI DE INCENTIVO AO ESPORTE

#### Empodera

Projetos Elas na Liderança e Uma Vitória Leva à Outra, que formam mulheres da periferia da cidade do Rio de Janeiro em liderança e gestão esportiva.

#### Fundação Gol de Letra

Projetos Esporte e Educação e Jogo Aberto na Vila, que promovem oficinas esportivas, culturais e educativas para jovens de comunidades em São Paulo e no Rio de Janeiro.

### ESTATUTO DO IDOSO

#### BP Educação e Pesquisa

Projeto Cursos para Formação de Cuidadores de Idosos, que capacita profissionais e familiares que cuidam de pessoas idosas dependentes do SUS e em situação de vulnerabilidade social.

#### Casa Ondina Lobo

Projeto Memorize-se, que capacita cuidadores de idosos a estimular suas funções cognitivas.

#### Hospital Angelina Caron

Projeto Idoso 360 III, que incentiva cuidados integrais para idosos, com tecnologia avançada, como IA, para aprimorar exames e procedimentos.

### PRONON

(Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica)

#### Hospital Angelina Caron

Programa Eficácia no Diagnóstico e Tratamento do Câncer, que apoia a aquisição de tecnologias de ponta para detecção precoce do câncer.

#### Hospital Santa Marcelina de Itaquera

Projeto Uso do PET-CT para Melhorar a Evolução de Pacientes com Câncer, que incentiva o uso de exame para diagnósticos precisos e acompanhamento de pacientes oncológicos.

### Instituto Superação

Projeto Pilar Desenvolvimento, que apoia o treinamento esportivo para alunos de escolas públicas dos estados de São Paulo e Minas Gerais.

### Luta pela Paz

Projeto Destemidas, que promove o desenvolvimento pessoal e emancipação de meninas e jovens por meio da corrida.

### ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

#### Colégio Mão Amiga

Projeto Ponte para o Futuro, que oferece educação de qualidade, do ensino infantil ao ensino médio, a alunos de Itapeverica da Serra (SP).

#### Instituto Reciclar

Projeto de Mentoria e Apoio à Empregabilidade para jovens em formação profissional.

#### Passos Mágicos

Programa de Aceleração do Conhecimento, que oferece educação multidisciplinar e apoio psicológico a jovens de baixa renda de Embu-Guaçu (SP).

### PRONAS

(Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência)

#### Hospital A.C. Camargo

Programa de Capacitação Multiprofissional na Jornada de Reabilitação, que promove a capacitação de profissionais de diversas especialidades para a reabilitação de pacientes.

#### Instituição Olga Kos

Projeto Artes Marciais – Saúde pelo Esporte, que oferece artes marciais e serviços assistenciais a pessoas com deficiência.



## Instituto Mattos Filho

Um dos diversos programas do Instituto Mattos Filho, o Desafio de Acesso à Justiça chegou à sua 7ª edição em 2025, e premiou iniciativas de diferentes instituições que enfrentam inúmeros desafios na garantia de direitos: da inclusão de nomes indígenas em documentos oficiais ao combate ao trabalho doméstico análogo à escravidão. Os cinco projetos premiados refletem avanços concretos em áreas como justiça racial, direitos reprodutivos, monitoramento de operações policiais e proteção de populações vulneráveis.

Além do Desafio, o Instituto, que é pioneiro no setor jurídico, tem um programa de difusão do conhecimento jurídico e um outro de bolsas de estudo e mentoria. Com essas iniciativas, ele fortalece a promoção da igualdade e do acesso à Justiça, gerando impactos sociais positivos, que contribuem para uma sociedade mais livre, diversa e democrática.



Os cinco projetos premiados refletem avanços concretos em áreas como justiça racial, direitos reprodutivos, monitoramento de operações policiais e proteção de populações vulneráveis.

## Confira o impacto dos programas do Instituto Mattos Filho:

### Bolsas de Estudo e Mentoria

Em outubro, foi realizado o Encontro de Bolsistas do Instituto Mattos Filho 2025, que teve palestra do sócio Rômulo Sampaio, da prática de Direito ambiental e Mudanças climáticas do escritório. O programa oferece bolsas de estudo a estudantes de Direito e mentoria de carreira com os sócios do Mattos Filho.



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e conheça o projeto.

29

### Bolsas indiretas

**destinadas às seguintes instituições:**

Faculdade de Direito da USP (Associação dos Antigos Alunos), FGV Direito SP (*Endowment*), Faculdade de Direito do Insper, FGV Direito RJ (Bolsa Esperança Garcia), e às organizações Programa Prosseguir (CEERT), Instituto Semear e Instituto Sol.

8

Bolsas diretas

37

Estudantes de Direito beneficiados

### 7º Desafio de Acesso à Justiça

Organizado em parceria com a consultoria ponteAposte, o Desafio de Acesso à Justiça tem como objetivo reconhecer, premiar e incentivar iniciativas de acesso à Justiça no Brasil, contribuindo para o fortalecimento da cidadania, da democracia e dos direitos humanos. Em sua 7ª edição, o Desafio de Acesso à Justiça teve **128 projetos inscritos e premiou cinco organizações.**



**Saiba mais**  
Clique [aqui](#) e conheça o projeto.

R\$ 1,3 milhão

**Montante total já distribuído pelo desafio desde 2019**, contemplando 27 iniciativas vencedoras ao longo de suas edições.

R\$ 250 mil

**Valor total distribuído na 7ª edição do desafio a cinco organizações:** Instituto Pupŷkary (AC), Instituto de Defesa da População Negra (RJ), Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP), Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (RJ) e Associação de Trabalhadoras Domésticas Tereza de Benguela (MG).

### Difusão do conhecimento jurídico - Projeto Guia das Carreiras Jurídicas

O projeto, desenvolvido pelo Instituto Mattos Filho em parceria com a Civicus e o Politize!, democratiza o acesso a informações sobre trajetórias profissionais no Direito. Com conteúdo em múltiplos formatos e organizado em cinco eixos, o projeto orienta estudantes e interessados sobre áreas de atuação, formas de ingresso, perspectivas de carreira e tendências do mercado jurídico.

A iniciativa já alcançou mais de 10 mil usuários e segue em andamento, com conclusão prevista para 2026.



Site

+ 14 mil acessos



Vídeos

+ 3,5 mil visualizações

+ 97 horas assistidas

Os projetos de difusão do conhecimento jurídico do Instituto, considerando

**ARTIGO QUINTO** **EQUIDADE**

**TRIBUTOS E DESIGUALDADE**

**DIREITO AO DESENVOLVIMENTO**

somam **213 conteúdos, 24 vídeos, 91 podcasts e 54 infográficos.**

Ao todo, desde os lançamentos, os projetos registram

+ 10,6 milhões acessos

+ 5,8 milhões usuários

# Créditos

---

## Equipe Mattos Filho

Ana Flávia Durso Martins Leal  
Ana Luiza de Albuquerque Araujo  
Angélica Fernandes  
Anna Beatriz Amaral Bertaglia  
Barbara Martinez de Freitas  
Bruna Ruiz Martinez  
Dayse Mauricio Kono da Silva  
Gabriel de Queiroz Bitencourt  
Gabriela Lehmann  
Giovanna Faria de Oliveira  
Joana Barros Diniz  
Jorge Vinícius Corrêa Portela  
Leonardo Martins  
Mariana Almeida  
Mariana Silva  
Matheus Marques  
Tim Snowsill  
Vitor Reghine Manfio

## Equipe Grupo Report

Ana Souza  
Cristiana Sampaio  
Fernanda Andrade  
Isabela Ribeiro  
Júlio Okabayashi  
Pedro Andrade  
Vinicius Lima



### Dúvidas e sugestões?

Entre em contato conosco por meio do [midia@mattosfilho.com.br](mailto:midia@mattosfilho.com.br)

